



## ATA NÚMERO QUATRO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO



Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição /(العربة) Martins, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, Hugo Daniel Santos Gomes, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Otília Martins Cardeira, Muriel Cristina Dias, Narciso dos Reis Martins Barradas, Pedro Miguel Entrudo Soares, Ricardina Pereira Alcaíde Jesus, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira, Virgílio António Horta e Vitor Manuel do Nascimento Palmeira.----------O Deputado Municipal Nuno Filipe Gonçalves Diogo solicitou substituição tendo sido substituído por Luís Filipe Albino Silva, substituído por Ricardina Pereira Alcaíde Jesus.------------------------------ O Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão e aprovação a ata da sessão anterior, ata número três, referente à sessão que se tinha realizado no dia vinte e dois de junho anterior e que tinha sido remetida a todos os deputados municipais,----------Verificando que não havia intervenções, colocou a ata a votação que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, cuja listagem se encontra em anexo à presente ata, como documento número um.----------Referiu que la passar a palavra a Brandão Pires que iria proceder, de uma maneira muito sucinta, à apresentação do que se tinha proposto, cujo pedido já tinham recebido em março ou abril. Sabia que a mesma já tinha sido efetuada em outras assembleias municipais tendo chegado a vez de Tavira, pelo que pedia que ouvissem com atenção porque posteriormente iriam ter um período de intervenção sobre o assunto. ---------Dirigindo-se ao público presente disse que também poderiam intervir sobre o que iria ser apresentado e, como habitualmente poderiam posteriormente apresentar outros assuntos no período de intervenção do público, para o que deveriam de efetuar a respetiva inscrição junto dos serviços de apoio.---------O Primeiro Secretário da AMAL, Brandão Pires, começou por agradecer o convite ao Presidente da Assembleia Municipal, José Baia, e cumprimentar os seus ex-colegas da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Vereação, o público que continuava presente e os serviços de apoio e registar algumas mudanças, nomeadamente que tinham deixado de existir garrafas de água de plástico o que considerava ser um fator positivo. ----------Continuou dizendo que apenas pretendia corrigir o Presidente da Assembleia Municipal uma vez que o convite só tinha sido dirigido à Assembleia Municipal de Tavira em data posterior a maio, altura em que tinha iniciado funções na AMAL. -----------Completados os agradecimentos referiu a metodologia do documento que iria apresentar, sendo que o Conselho Intermunicipal, onde havia sido apresentado aquele documento base intitulado "Algarve pós



2020 na perspetiva dos municípios" tinha cedido um tempo para que o mesmo fosse analisado nas câmaras municipais e posteriormente decidido submete-lo a discussão externa, sobretudo nas assembleias municipais, visto terem entendido que o conceito nele espelhado ia para além dos executivos municipais razão pela qual deveriam ouvir as assembleias municipais, sendo que era o que estava a ser efetuado. Se não estava enganado, aquela era a décima quarta Assembleia Municipal em que efetuava a apresentação sendo que o intuito era sempre o mesmo, o de fazer uma apresentação base, suscitar a discussão e receber contributos. Era por aquele motivo que estava acompanhado por duas colegas, Teresa Rocha que o acompanhava mais permanentemente e Noélia Ramos que estava a substituir a outra colega que o costumava acompanhar, Vera Marques. Estavam ali com o intuito de recolherem os contributos de todos os que estavam presentes naquela Assembleia Municipal, cuja apresentação que iria fazer tinha mesmo aquele propósito, suscitar ali discussões, sem grandes certezas, pois não era propriamente um documento para ser apreciado mas para ser gerado, para gerar a discussão em torno de algo que habitualmente não era discutido nas assembleias municipais, a região para além do território para o que tinham sido eleitos, tal como ele próprio, cuja obrigação que tinham era de discutirem o Município para o qual tinham sido mandatados por aquele período de tempo. ---------A discussão que pretendiam suscitar extravasava quer o território, pois o que estava em causa eram as perspetivas para o Algarve no seu conjunto, naturalmente com a inclusão da perspetiva do Município de Tavira e todos os outros, sendo a razão por que ali estavam, quer o horizonte temporal que ia muito para além do mandato pois estavam a falar em 2030 o que eram perspetivas de mais longo prazo.---------O Primeiro Secretário da AMAL continuou dizendo que para além dos contributos que ali pudessem dar e que as suas colegas tomariam a devida nota, também disponibilizava o seu correio eletrónico para que pudessem refletir em torno do documento, criticar, enviar apreciações, sugestões ou outras, o que pretendessem pois estariam recetivos a analisá-las para aferirem a possibilidade das incluir, visto surgirem sempre ideias novas, como tinha acontecido nas várias assembleia municipais em que tinham estado, nas várias discussões que tinham tido, pelo que considerava que seriam sempre enriquecedoras do documento, o que era o propósito. ----------Os resultados a atingir materializar-se-iam em três documentos, sendo que um deles iria ser submetido no dia seguinte às câmaras municipais para que enviassem contributos, sendo um documento muito escorreito, muito sintético, constituindo-se um contributo para o Plano Nacional de Investimento (PNI) que se encontrava confinado aos domínios da mobilidade e transportes, ambiente e energia, e estava em consulta pública nos municípios terminando esta no dia trinta de setembro seguinte e sobre o qual a AMAL também remeteria parecer quanto ao que considerava mais relevante para a região.---------Com o documento que estavam a elaborar pretendia-se ir muito além do que era propriamente o âmbito setorial do PNI, uma vez que se tratava de um documento síntese para entregarem ao Governo,

tavira (by.

onde constaria a posição dos municípios sobre o que deveria ser efetuado no Algarve, na década seguinte, cuja estrutura veriam no decurso da apresentação. ---------Naturalmente que um dos documentos seria um documento síntese, estratégico, escorreito, e o outro mais volumoso com os diversos contributos, que poderiam considerar quase como o guia dos algarvios para a década seguinte, para terem, e que abordaria os vários setores, os vários tipos de intervenção dos municípios que presentemente era praticamente em todas as áreas, pelo que falar do "Algarve pós 2020 na perspetiva dos municípios" era entrar em todos, ou quase todos os domínios de atividade em que os municípios tinham cada vez mais intervenção. ----------O Primeiro Secretário da AMAL disse que naquela altura era especialmente oportuna aquela discussão e estavam a fazê-la porque se estava a iniciar um novo período de programação a nível da União Europeia (UE) que tinha uma programação a sete anos sendo que o novo período de programação era de 2021 a 2027. Normalmente os novos períodos de programação começavam a ser discutidos três anos antes do início dos mesmos, pelo que estando em 2018, no mês de maio a Comissão Europeia (CE) tinha apresentado a primeira proposta para discussão da sociedade. Normalmente tratavam-se de discussões morosas, complexas. ---------Continuou dizendo que a última proposta que tinha acompanhado relativamente de perto quando estava na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), tinha sido a discussão do anterior Quadro Comunitário de Apoio (QCA), que tinha demorado cerca de dois anos. A atual tinha-se iniciado em maio sendo que muitos previam que terminasse antes das eleições europeias, o que ele não acreditava, duvidando mesmo que o conseguissem até porque se estava a gerar grande polêmica porque o contexto também era mais difícil devido à recente, que iria ser efetivada na primavera seguinte, saída do Reino Unido da UE, o Brexit, que significava menos dez mil milhões de euros anuais no orçamento da CE e, portanto, teria um enorme impacto obrigando a refazer as contas e a proceder a reduções no orçamento. Além daquela redução de verbas que resultava da saída daquele contribuinte liquido havia ainda novas despesas que a UE pretendia assumir que estavam relacionadas com as questões migratórias, defesa, segurança interna, alterações climáticas, demografia, ou seja um conjunto de novas problemáticas que não constavam nas anteriores programações sendo que presentemente ----O Primeiro Secretário da AMAL acrescentou que o primeiro orçamento que tinha sido apresentado tinha gerado alguma apreensão, nomeadamente por parte de Portugal. Existiam países que cresciam, outros que decresciam, mas ao contrário do que tinha sido dito, do seu ponto de vista, Portugal não estava nas piores situações em termos de recebimento de verbas. A redução global da UE era de cerca de nove vírgula nove por cento, pelo que os países que estivessem abaixo daquela média perderiam mais do que a média europeia por oposição aos que estivessem acima que perderiam menos que a média da UE. A proposta que tinha sido efetuada a Portugal era de menos sete por cento, sendo que,

tavira / wy.

por exemplo, a Espanha cresceria cinco por cento, a Grécia seis por cento, a Hungria decrescia vinte e quatro por cento tal como quase todos os países de leste também decresciam. ---------Quando se falava em Fundos Comunitários, nos Fundos de Coesão existiam dois tipos, o Fundo de Coesão (FC) propriamente dito e os Fundos Estruturais (FE) como era o caso do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE) que dependiam de dois fatores. O FC dependia do nível de desenvolvimento dos países sendo atribuído em função do mesmo, ou seja, o país que tivesse menos de noventa por cento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita da UE tinha direito ao FC, sendo que os países com percentagem superior, não tinham, pelo que dos países europeus da europa ocidental apenas Portugal, Grécia e Malta tinham direito ao FC bem como todo o leste europeu. Tinha sido o FC que tinha sofrido maior redução, dez por cento na proposta que a UE tinha apresentado sendo também a razão porque Portugal tinha sofrido uma redução tão substancial comparativamente com a Espanha, a Itália e outros países que já não recebiam o FC.---------Os outros fundos, que eram a parte mais substancial dos fundos de convergência não dependiam do nível de desenvolvimento dos países mas do nível de desenvolvimento das regiões aferidas por uma unidade geográfica ou administrativa, as NUTS II, e pelo seu nível de desenvolvimento contabilizado pelo Gabinete de Estatísticas da UE (Eurostat) a partir de um único indicador, o PIB per capita, sendo o que permitia dizer que o Algarve era mais desenvolvido, que o Alentejo era menos desenvolvido, e o nível das restantes regiões. A contabilização era efetuada tendo como base a média dos últimos três anos disponíveis pelo Eurostat.---------O Primeiro Secretário da AMAL continuou apresentando o período de reprogramação anterior, o que estava em curso, 2014-2020, que constava no mapa da esquerda do powerpoint, sendo que o da direita espelhava o que já estava determinado para o período de programação seguinte, 2021-2027.--------Referiu que em alguns países tinha havido uma alteração substancial, nomeadamente em Espanha e Itália, sendo que existia um conjunto de regiões que tinham passado de regiões de nível de desenvolvimento intermédio para zonas pobres, recebendo por isso muito mais verba, como era o caso da Andaluzia que estava com o nível de desenvolvimento igual ao do Algarve, uma região de desenvolvimento intermédio, assinalada a laranja, sendo que no novo período de programação aparecia a vermelho, que indicava as zonas de pior desenvolvimento. Como já tinha mencionado, o nível de desenvolvimento mais baixo ou mais alto estava relacionado com os países e regiões, NUTS II, cujas regiões consideradas pobres tinham menos de setenta e cinco por cento da média da UE e as regiões de transição, como era o caso do Algarve, situavam-se entre os setenta e cinco e os cem por cento, cujo valor anterior era até os noventa por cento, sendo as restantes regiões, as regiões desenvolvidas. A única região portuguesa que era desenvolvida era a região de Lisboa, todavia na sua opinião aqueles números não eram muito rigorosos por três motivos, que passava a explicar. ------------------------

tavira / wy.
rba relativamente ao

----Considerava que a razão por que Espanha tinha passado a receber uma maior verba relativamente ao que recebia no período de programação anterior, tal como acontecia com Itália, não se verificando o mesmo com Portugal, estava relacionado com o facto de ser o PIB per capita de cada região que determinava se esta era menos ou mais desenvolvida. O PIB per capita era um rácio, uma fração, um numerador e um denominador, sendo que no numerador era colocado o PIB da região, NUTS nível II. O PIB das regiões era resultante de uma construção mais ou menos abstrata sendo que em termos do PIB nacional existiam três formas para o calcular, a ótica da despesa, a ótica do produto e a ótica do valor acrescentado. A partir do momento em que fosse obtido o PIB nacional existiam metodologias para obter o PIB regional, métodos indiretos e outros, que não eram muito rigorosos, contudo existiam regras de como obter o PIB do Algarve que, do seu ponto de vista estava fortemente inflacionado.---------Pensava que uma das parcelas que tinha um peso enorme a nível do PIB das regiões, do Algarve, era por exemplo o valor que era atribuído às habitações em geral, uma vez que era calculado pela divisão do peso do PIB nacional e o número de habitações existentes no país e como no Algarve existiam muitas habitações, nomeadamente segundas habitações, e tendo uma renda derivada das habitações muito alta, superior à média do país, o PIB ficava mais elevado do que na realidade era.----------------------O calculo relativo ao comércio também era efetuado por métodos indiretos sendo o PIB determinado a partir do volume de vendas do comércio aferido pelo IVA, pelas redes multibanco, pelos mais diversos métodos de pagamento do que se obtinha um determinado Valor Acrescentado Bruto (VAB) para o Algarve a partir das vendas. ----------Havia ainda mais três ou quatro exemplos que poderia citar, do que falava com alguma propriedade pois tinha feito parte de um grupo de trabalho na altura em que tinha sido efetuada a primeira regionalização do PIB juntamente com o Instituto Nacional de Estatística (INE) em Lisboa. Tinham trabalhado naquela matéria sobre o que havia algum rigor mas que poderia ser calculada de outro modo. No caso dos espanhóis, pensava que tinham trabalhado muito bem aqueles números de modo a que provocasse a redução do PIB das suas regiões, sendo que os únicos PIB altos que tinham era de Barcelona e Madrid, tendo as restantes regiões de Espanha empobrecido muitíssimo.---------Aquela era a maneira como era calculado o numerador, o PIB, contudo o indicador não era o PIB mas sim o PIB per capita que como em todas as regiões era calculado pela população residente, que no Algarve a população não era apenas a população residente. Nas estimativas não muito rigorosas, grosseiras mesmo, era aferido que estavam a mais, permanentemente, todos os dias, cem mil pessoas na região, pelo que em média aos cerca de quatrocentos e quarenta mil residentes que o INE indicava teria que somar as mais de cem mil pessoas o que perfazia cerca de seiscentas mil. ----------------------Assim, o problema daquela fração, do rácio, numerador e denominador, era que o numerador estava sobreavaliado porque o PIB continha dados a mais e, por outro lado, o denominador da fração estava subavaliado porque na realidade o Algarve tinha muito mais população. Aqueles dois fatores



faziam com que o PIB per capita da região Algarvia fosse muito alto e por isso considerada como uma das regiões mais ricas, ou em vias de ser, da Europa, o que não correspondia à realidade. -------------Outro problema era o facto de aquele exercício ser calculado ao nível das NUTS II que eram unidades administrativas que tendencialmente, quando tinham sido criadas, deveriam de ter uma população entre os oitocentos mil e três milhões de habitantes e uma determinada área. O Algarve por razões históricas, naturais, e por ser uma região que apesar de não ter os limites mininos tinha sido considerada como uma NUT II, sendo a partir do que era estabelecida a medida, todavia a Andaluzia que era quase do tamanho de Portugal todo, também era uma NUT II pelo que estava a ser comparado algo diferente até porque se o Algarve estivesse agregado a outras regiões como por exemplo o Alentejo, o Centro, continuaria a receber o total dos Fundos não sendo considerada uma região rica, que tinha sido o que tinham feito em Espanha com a Andaluzia, que pelo facto de terem cidades ricas como Sevilha, Cádis e outras, ao estarem agregadas na Andaluzia, que possuía outras zonas que não eram tão ricas, em média conseguiam diluir o desenvolvimento do PIB per capita. Estava pois a ser comparado o incomparável, uma área de cinco mil quilómetros quadrados como era o Algarve com uma quase do tamanho de Portugal todo como era a Andaluzia, o que considerava ser incorreto. ------------------------O Primeiro Secretário da AMAL acrescentou ainda que existia outra questão que não era utilizada em Portugal como noutros países, e que era o fator de correção, as paridades do poder de compra, em que existiam zonas mais dispendiosas que outras, sendo que por via do fator de correção eram compensadas por serem mais caras. Aquela prática não tinha sido adotada por Portugal onde o custo de vida era considerado todo igual, sendo o do Algarve igual ao do Norte, não existindo aquela correção há ----Referiu que eram aqueles três fatores que faziam com que o Algarve fosse considerado uma região rica para fins estatísticos da UE, por consequência para a distribuição dos Fundos Europeus, o que na prática, do seu ponto de vista, não correspondia à realidade, até porque se verificassem outros valores do INE, como por exemplo o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional que era um índice que pretendia medir o desenvolvimento das regiões a partir de uma bateria de indicadores, mais de setenta, em que entravam o rendimento, condições de vida, aspetos ambientais, e todo aquele tipo de variáveis, em que a base não era a NUTS II mas a NUTS III, a nível de Portugal o Algarve estava pior que o Alentejo Litoral, a zona de Leiria, Lisboa ou Porto, sendo que se a medida adotada em vez da NUTS II fosse a NUTS III, o Algarve seria considerado uma região intermédia, sendo aquele o problema para efeitos da UE. ----------O problema da UE era o uso do rendimento tendo por base a NUTS II, pois o Algarve tinha uma particularidade que pensava que teria que ser explicada, demonstrada e compensada, porque a situação existente em termos de distribuição de verbas europeias que decorria daquela situação era uma falácia.

----Um problema grande que o Algarve tinha era que a alteração dos pressupostos só interessava ao

Algarve uma vez que ao Alentejo, ao Centro e ao Norte não lhes prejudicava em absolutamente nada, pelo contrário, beneficiavam dela, sendo portanto um problema exclusivamente do Algarve que era prejudicado por ter aquela particularidade. Naquele contexto o expectável era que no período de programação seguinte o Algarve viesse a receber naquela base financeira perdendo cerca de vinte por cento dos Fundos o que correspondia a um valor entre os quatrocentos e vinte e oito e quatrocentos e quarenta e oito milhões de euros, conforme fosse o comportamento do FC que dependia dos projetos, não estando alocado às regiões ao contrário dos FE cujo valor atribuído à região do Algarve tinha sido de trezentos e dezoito milhões de euros de acordo com as novas regras que, se a proposta apresentada não fosse muito alterada, o Algarve passaria no período de programação seguinte a receber muito menor verba face às necessidades da região, que continuava a considerar que eram-muitas, com a agravante de que no caso de regiões em transição ainda havia uma proposta para que a taxa de comparticipação dos projetos fosse reduzida de setenta para cinquenta e cinco por cento, pelo que a intensidade dos apoios seria menor o que obrigava a um maior esforço por parte das entidades privadas ou públicas em termos das verbas não comparticipadas daqueles apoios. ---------------------------------- O Primeiro Secretário da AMAL informou que ainda não tinham incorporado nos documentos o resultado das discussões que tinham vindo a realizar, o que fariam, após estar completa a ronda por todas as assembleias municipais e pelos interlocutores, cujos documentos seriam revistos e posteriormente submetidos ao Conselho Intermunicipal para entrarem num outro período de discussão. ----Naquele momento que correspondia ao período de receção dos contributos dos desequilíbrios estruturais que tinham sido inicialmente apresentados, de que a região padecia e importava ultrapassar, existia um desequilíbrio importantíssimo, que constava em primeiro lugar no powerpoint e que se referia ao facto da região ser fortemente marcada e cada vez mais dependente do turismo. A região do Algarve tinha sido exemplar, tida como um caso de sucesso em termos de resiliência, a que mais tinha padecido com a crise e a que melhor, mais rapidamente, a tinha ultrapassado, mas tinha ficado mais dependente do turismo do que anteriormente, uma atividade que não obstante gerar rendimentos elevados, levava a que a região fosse fortemente dependente das importações como era visível estatisticamente pela quantidade de camiões que entravam diariamente, nomeadamente provenientes de uma região considerada menos rica, a Andaluzia, em que todos os dias entravam para fornecer bens para a hotelaria algarvia, pelo que se verificava o pouco entrosamento existente entre aquele setor tão importante e o resto da economia região. Do seu ponto de vista aquele era um problema estrutural do

----Referiu que também existia um grande desequilíbrio entre o esforço que nas últimas décadas tinha sido efetuado em prol da educação dos jovens e na expetativa que eles tinham ganho por serem mais formados e com maiores níveis de escolaridade que eram muito mais elevados que a geração anterior,

tavira

dos seus pais, e portanto tinham a mais justa perspetiva de virem a ter melhores empregos e serem melhores remunerados. Contudo o modelo económico do Algarve não estava a conseguir responder às suas expetativas, sendo que o tecido produtivo não estava a ser capaz de gerar empregos qualificados para os jovens com qualificações acrescidas, estando alguns desses jovens a desempenhar funções que não correspondiam ao que seria desejável perante o que tinham aprendido, pelo que ou emigravam, como muito tinha acontecido nos últimos anos, ou grande parte estava a fazer qualquer coisa em que não estava a ser aproveitado o esforço que tinham feito.---------Em termos territoriais, o problema mantinha-se, o litoral continuava a concentrar os recursos da região, as empresas, as infraestruturas e o interior continuava a definhar. --------------------------------------Um dos problemas centrais da região do Algarve era que os centros de poder não tinham poder de decisão sendo o problema era cada vez mais sentido e dava como exemplo o seu caso concreto: Ao iniciar aquele trabalho tinha tido que reunir com vários organismos regionais que há cerca de vinte anos atrás tinham um pensamento estratégico que apesar de dependerem da administração central, continham a figura do planeamento, todavia, presentemente tal não acontecia, pois obtinha como resposta que quem sabia era Lisboa. Nem se referindo à decisão, verificava que tinha de deixado de existir pensamento, que muito poucos centros de decisão subsistiam na região, o que refletia o grande problema estrutural que existia no Algarve. ----------Também ao nível demográfico existia um grande problema que teriam que encarar porque a região sempre se tinha pautado por ser uma região jovem, mais do que o resto do país, e presentemente tal já não acontecia o que revelava que não estavam a conseguir atrair jovens, o que muito passava pela imigração, sendo pois um esforço que tinham que efetuar uma vez que não estavam a conseguir captar. ----O Algarve era uma região que tinha alguns problemas de mobilidade, problemas graves, estando congestionada, lenta, e que necessitava ser fluida, ser percorrida. Também tinha alguns problemas no que se referia a equipamentos sociais. ----------O Primeiro Secretário da AMAL lançou o repto para a discussão em torno de sete grandes desafios sendo que o primeiro, como já tinha enquadrado, porque na sua opinião, era uma questão perpassava todos os partidos políticos, quem estava no Governo ou nos Executivos, pois não eram problemas relacionados com questões partidárias mas com a região, com a capacidade de afirmação dos algarvios perante os problemas do Algarve, sendo naquela perspetiva que constavam no documento e, desse ponto de vista, parecia-lhes que seria importante construir uma estratégia regional para a década seguinte numa base de grande participação negociada e aceite pelos principais agentes da região onde quer que eles se situassem, independentemente das lutas partidárias que existissem, sendo importante consensualizarem um Pacto Regional para que a liderança regional que fosse legitimada através de eleições, de forma indireta, ou outra, mas que houvesse uma entidade regional que de algum modo fosse reconhecida pela sociedade algarvia. ------

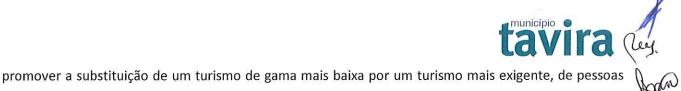
tavira w.
e infraestruturas e

----Pensava que também era importante a existência de um programa de infraestruturas e equipamentos a executar no prazo de dez anos, com uma calendarização, uma programação financeira perfeitamente negociada, legitimada, sobre o que considerassem essencial para a região por forma a ultrapassarem os problemas que já tinha identificado, e outros, com a construção de um lobbie da região para conseguirem ultrapassar aqueles problemas.---------Como já tinha referido, o Algarve também tinha um enorme problema de falta de meios financeiros para executar as intervenções que eram necessárias até com uma agravante. Nos últimos anos o investimento público tinha vindo a ser reduzido, sobretudo porque o investimento público tinha uma lógica algo paradoxal. Como o investimento público tinha sido reduzido tinham dado prioridade aos investimentos públicos que contemplassem os investimentos comunitários, ou seja, as regiões tinham muito investimento com origem europeia sendo que para esse investimento de origem europeia era necessário investimento público nacional, pelo que o pouco existente era todo para aá canalizado. Como o Algarve tinha pouco investimento comunitário também acabava por ter pouco investimento público, cuja lógica considerava que deveria de ser invertida devendo existir alguma compensação por o Algarve não ter tanto investimento comunitário por comparação com outras regiões, deveria ter muito mais investimento público. ---------Considerava que também faltava ao Algarve poder negocial, sendo de longe, menos de metade, a região que menos tinha absorvido o FC que não estava relacionado com o nível de desenvolvimento das regiões podendo ser aplicado indiferentemente, por exemplo, o Norte no atual QCA tinha absorvido quatrocentos milhões de euros, o Centro, trezentos e noventa milhões de euros, o Alentejo, duzentos milhões de euros tal como a Madeira que tinha metade da dimensão do Algarve, que apenas tinha absorvido setenta milhões de euros do FC. Aquela era a realidade do Algarve que não estava relacionada com os níveis desenvolvimento mas com os projetos tendo para tal que existir intervenções. Portanto, do seu ponto de vista, era fundamental mobilizarem meios financeiros para juntar aos Fundos Comunitários, ao Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), numa lógica contrária ao que tinham vindo a utilizar, fundos dos municípios e outros, como se tinha efetuado anteriormente com as verbas do jogo, o Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve (PIPITAL) e outros. Pensava que tal era fundamental para conseguirem executar as intervenções que se inventariavam como necessárias para o Algarve conseguir mobilizar aqueles vários meios e vontades. ----------O Primeiro Secretário da AMAL referiu que atualmente se iniciavam trabalhos para a adaptação às alterações climáticas que se constituía um desafio quase obrigatório ou quase um dever de cidadania. A AMAL estava a efetuar um grande esforço naquele sentido, estando a terminar um plano, em dezembro do corrente ano, sendo que o Plano Intermunicipal abrangia toda a região no que se referia à adaptação às alterações climáticas que, sendo certo que estas não dependiam da sua ação, era um sinal que davam

tavira (Ly)
reocupações quanto

à sociedade, uma prática, um dever cívico que tinham, estarem alinhados com as preocupações quanto às alterações climáticas. Certamente que nas décadas seguintes iriam ocorrer problemas de água no Algarve, que existiriam problemas de incêndios florestais como tinham ocorrido no corrente ano, que aconteceriam fenómenos extremos como tinham vindo a acontecer, cheias, erosão costeira e subida do nível médio das águas do mar, o que estava simulado, não sendo portanto suposições mas estudos elaborados por cientistas que indicavam que aquelas situações iam em crescendo e que as zonas litorais iriam ser afetadas, razão porque tinham que estar preparados para aquelas situações. Em termos das necessidades de água, eram grandes, sendo urgente começarem a tomar medidas, desde logo poupar, dar-lhe um uso mais eficiente na medida em que as perdas ainda eram grandes, construir novos reservatórios e reforçar os reservatórios do interior na medida em que alguns se encontravam entupidos impedindo a chegada da água. O primeiro Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT) tinha definido as zonas de infiltração máxima precisamente para que a água chegasse pelo que importava voltar àquele método uma vez que a reciclagem da água era mais dispendiosa e obrigava a um tratamento terciário mas que era uma solução e, futuramente em articulação com a Universidade do Algarve, proceder à dessalinização que seria sempre uma solução até porque haver água salgada no Algarve não consistia um problema, sendo pois um dos desafios mais importantes naguele domínio.----------O Primeiro Secretário da AMAL continuou dizendo que a demografia era um desafio importante,

----Pensava que o turismo era fundamental sendo que o Algarve deveria de ser uma grande região turística de excelência e qualidade, pelo que a promoção era importante, todavia deveriam de



exigentes a nível cultural, gastronómico, do sossego, da qualidade de vida, pois considerava que não interessava bater todos os recordes de turismo e terem chusmas de gente como acontecia em algumas zonas de Albufeira, que pensava não ser o melhor para a região. Portanto interessava ter um turismo mais qualificado que deixasse mais rendimento na região e permitisse colocar o Algarve como um destino turístico de excelência. Supunha que aquele era o caminho e não tanto um grande crescimento que era o que por vezes havia a tendência de fazer. ----------Do seu ponto de vista não existia grande captação de investimento produtivo para o Algarve, o que acontecia porque a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) em particular, se esquecia da existência do Algarve, de captar investimento para a região. ---------Há cerca de seis meses atrás, o Primeiro-ministro português tinha visitado o Reino Unido sendo que nessa altura os jornais tinham noticiado que o investimento britânico em Portugal tinha quintuplicado devido ao Brexit, devido à preocupação que tinham de ficar fora da UE mas, que ele soubesse, nada tinha chegado ao Algarve. Assim, considerava que devia de ser efetuado um esforço, nem que fossem os algarvios a contratar uma agência com a incumbência de captar investimento estrangeiro, em particular do Reino Unido, um investimento seletivo, que interessasse, que contemplasse os investimentos, que fizessem progredir o Algarve. ----------O Primeiro Secretário da AMAL disse que outro desafio que considerava importantíssimo apesar de todas as dificuldades existentes, pois se ainda recebiam alguma verba da UE era sobretudo devido aos territórios da baixa densidade, sendo que o rácio era mais ou menos que num quinto do território viviam quatro quintos da população e, em quatro quintos do território vivia um quinto da população, sendo graças aos quatro quintos do território que ainda era possível receber alguns apoios da UE e portanto, considerava que, no mínimo, tinham o dever, no próximo, que seria o último QCA, de apostar fortemente naqueles territórios de baixa densidade, na interioridade, não com panaceias, mas repensando metodologias válidas no passado, provadas e premiadas como era o caso das metodologias Leader, dos plurifundos e programas integrados que tinham sido realizados com a junção do FSE e o FEDER, intervenções culturais, animação para o desenvolvimento e outras semelhantes. Tinha estado a falar com a Presidente da Freguesia de Cachopo, Otília Cardeira, e consideravam, por exemplo, a Via Algarviana como algo fundamental que conseguia de facto mover o território obrigando a uma certa militância em prol do desenvolvimento do interior, pelo que julgava que o deviam de assumir, afetando uma verba considerável e um programa forte para o interior que corria o risco de definhar, morrer, e sendo um interior com uma geometria variável existiam zonas que não tinham capacidade nem os meios necessários para reproduzir o que ali era alocado. Considerava que o interior era tudo o que estava acima da Via do Infante, A22, e tudo o que estava acima da A22 tinha locais importantes como era o caso de Silves, de Loulé, sendo que provavelmente seria possível repensarem globalmente num



interior muito mais sustentado, porque se pensassem num interior separado dos polos com alguma capacidade de os catapultar para níveis de desenvolvimento, pensava que não seria suficiente nem seria ---- A mobilidade era uma questão central do Algarve, pelo que apresentavam propostas mais concretas. Portugal era um país com uma péssima utilização de transportes coletivos quando comparado com qualquer outro país da europa, situando-se mesmo muito abaixo. O Algarve representava metade da média do país, portanto era ainda pior em termos de utilização de transportes públicos que não eram utilizados por duas razões, falta de condições e transportes muito caros, tanto a rodovia como a ferrovia, entre outros, quando comparados com Lisboa. ----------Citando como exemplo, a sua filha, presentemente a viver em Lisboa, possuía um passe social que lhe permitia utilizar transportes em cerca de quinze municípios, andar de barco ou comboio ou outro, tendo este um custo de cinquenta euros enquanto no Algarve o passe de comboio de Tavira a Faro tinha um custo de mais de sessenta euros, sendo que o passe de autocarro era ainda mais caro.---------------Pensava que o fomento do uso dos transportes coletivos era uma obrigação, que em termos ferroviários era uma aposta, e rodoviários apesar de ter uma boa rede vista no mapa, na prática existia uma ER125 congestionada e uma A22 que pensava ser quase imoral existir uma via como aquela, com uma tão grande capacidade de circulação e não ser utilizada como devia por ser dispendiosa, pelo que as pessoas não a utilizavam, porque era paga. Todavia não fazia qualquer sentido existir aquela infraestrutura fortíssima, que por altura da sua execução, pelo menos do primeiro troço correspondente a toda a zona do Sotavento que tinha como finalidade o descongestionamento do trânsito, e tinha sido executada com dinheiro público comunitário e nacional, pelo que considerava que deveriam de ser pensadas em formas da A22 ser utilizada mais intensamente. Percebia que provavelmente no verão tinha bastante circulação, pelo que à semelhança da Ponte 25 de Abril onde no mês de agosto não se pagavam portagens, poderia ser experimentado o não pagamento durante os seis meses da época baixa na A22, para os residente, sendo apenas uma questão de fazer contas, mas considerava que nem seria necessário alterar a taxa, que os três meses de verão liquidariam cerca de noventa por cento da receita anual da Via do Infante pelo que poderiam usufruir da Via do Infante gratuitamente durante nove meses. Todavia pensava que existiam outras formas, como baixar a taxa ou outras, mas era absolutamente decisivo virem a utilizar mais uma infraestrutura como aquela tendo em atenção a estrada regional existente.----------Quanto à ferrovia pensava que esta constituía uma aposta decisiva na região, tendo que ser pensadas em várias questões, como a prometida eletrificação. O Algarve era quase sempre a última região para ser executado o previsto. Era fundamental que a linha fosse eletrificada como estava prometido, anunciado, mas o facto era que não existia, pelo que do seu ponto de vista era fundamental que a eletrificação da linha fosse concretizada, que chegasse ao Aeroporto, ao Parque das Cidades, a



Gambelas, que o transporte de jet-fuel passasse a ser efetuado de comboio, de Loulé ao Aeroporto por via-férrea ao invés dos camiões andarem a circular de um lado para o outro, que considerava que apenas aquele facto quase viabilizaria aquele troço de linha. Julgava ser fundamental repensar em um ou dois comboios Alfa, de Vila Real de Santo António a Lisboa e outro de Lagos a Lisboa, não necessitando de haver cruzamento uma vez que existia movimento suficiente, o que tinha sido atestado por peritos do setor, pelo que existiam possibilidades de implementar e haver comboios Alfa diretos, um do lado de Barlavento e outro do Sotavento. Considerava que fazia sentido pensar num Intercidades entre Vila Real de Santo António e Lagos, não um Intercidades para Lisboa, mas transversal, não um comboio que parava em todas estações e apeadeiros mas antes nas estações principais, Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, Faro, Loulé, Albufeira e seguintes, sendo um Intercidades, uma via rápida transversal para quem pretendesse atravessar o Algarve de uma forma rápida, o que seria possível com ----Na atual década era também fundamental pensarem na ligação a Espanha pois estavam fortemente dependentes do Aeroporto que era a única via de entrada no Algarve para quem vinha de fora. Era fundamental que pensassem naquela alternativa, Faro - Sevilha, sendo fundamental estudá-la.----------Quanto à saúde, que era a única área que apresentava indicadores, o estado da saúde era muito mau no Algarve. Apresentava os principais indicadores utilizados na saúde em geral, de um dos últimos relatórios da saúde, 2015, 2016, enfermeiros por mil habitantes, médicos por mil habitantes, internamentos nos hospitais por dez mil habitantes e camas de hospitais por mil habitantes. Utilizando naqueles rácios a população residente que, como tinha dito a registada era muito menor do que a existente na realidade, quatrocentos e quarenta mil quando a real era superior a seiscentas mil pessoas, mas que mesmo utilizando os valores da população residente, todos os indicadores do Algarve, indicados no gráfico do powerpoint a vermelho, eram bastante inferiores à média do país, todavia como existia muito mais população, deveriam estar muito acima da média do país por aquele facto, o que não acontecia, pelo que estavam em estado quase de contingência permanente no caso da saúde no Algarve. Considerava que era fundamental a construção do Hospital Central Universitário do Algarve, a viabilidade do próprio, até porque o curso de medicina da Universidade do Algarve estava a ter um enorme êxito, tendo granjeado cada vez mais prestígio, mas estava em risco por não ter o número de catedráticos suficientes para a sua continuidade, o que se verificava pela inexistência de um Hospital Universitário onde pudessem exercer a sua atividade em simultâneo com o ensino. Também era fundamental a cobertura na área do Sotavento que estava relativamente mal coberta em termos de rede de equipamentos de saúde, sendo portanto necessário reforça-la.------------------------------------O Primeiro Secretário da AMAL continuou referindo que a habitação era outro problema, conforme já tinha mencionado, e mesmo a habitação social apesar do problema não ser da habitação social, existia em termos percentuais num valor muito menor do que nos países ricos, ou mais ricos, como era



o caso da Itália, Áustria e outros. Se comparassem a percentagem de habitação social em Portugal e do Algarve, em particular, com aqueles países, verificavam que era bastante inferior, pelo que não existia em excesso, pelo contrário. Apesar da questão da habitação não conter o apoio aos idosos e à deficiência era fundamental não esquecerem que também podia integrar aquele apoio.---------Existia sempre um aspeto que gostava de abordar naquelas sessões que normalmente o eleitorado e os meios políticos ligava menos e que era a questão dos estabelecimentos prisionais. No Algarve existia um enorme défice de cobertura de estabelecimentos prisionais. Em termos masculinos havia um défice superior a seiscentos reclusos que não estavam no Algarve tendo que ir para fora da região porque no Algarve existia excesso de presos relativamente aos lugares disponíveis. Quanto às reclusas, eram mais de sessenta que estavam noutras regiões por não existir qualquer estabelecimento prisional feminino no Algarve o que também acontecia com o centro educativo para menores quando, em termos absolutos, não per capita, o Algarve era a terceira região com maior número de menores detidos, depois de Lisboa e Porto. Pensava que estavam em causa todos os problemas de reeducação, de integração daquelas pessoas na sociedade, da interação com eles porque para os visitarem, as pessoas teriam que se deslocar para longe por não existir na região e, portanto, considerava que era uma deficiência enorme que normalmente não era noticiada. -----------O Primeiro Secretário da AMAL disse que pensava que a cultura era um dos grandes potenciais do Algarve, que tinha uma cultura riquíssima mercê da história muito intensa que tinha vindo a deixar vestígios um pouco por toda a região. A oferta cultural era muito devida à ação municipal visto que, infelizmente o Algarve não tinha uma Gulbenkian, um Centro Cultural de Belém (CCB), uma Culturgest, uma Serralves e a Administração Central também pouco investia. Existia a Direção Regional de Cultura do Algarve (Cultalg) que apoiava algumas ações, o Turismo de Portugal que apoiava outras, nomeadamente o 365 Algarve que era um programa que estava a decorrer, mas o restante era feito à custa das autarquias locais. Também não existiam privados do ponto de vista empresarial, negócios na área da cultura, teatros independentes, e mesmos os próprios concertos que se realizavam no Algarve eram geralmente patrocínio público e, portanto, muito do que existia era devido às câmaras municipais que desenvolviam a sua ação para residentes e turistas que era liquidada pelos impostos dos residentes não se destinando apenas a eles, razão porque quando se geravam certas discussões algo paralelas era importante ter em conta que essencialmente quem cuidava do património, das igrejas e outros, eram as câmaras municipais que canalizavam grande parte do seu orçamento para tal. O orçamento das câmaras municipais provinha, obviamente dos residentes e dos respetivos municípios mas a ação não era apenas ----Considerava que era fundamental um ressurgimento, Sagres como um local de globalização que

abrangia todo o Algarve, Faro como capital da cultura 2027 que considerava ser um desígnio importante



que a região acomesse em 2027 que era o ano que cabia a Portugai aqueie evento peio que deviam de
trabalhar para que Faro pudesse ser eleita capital da cultura daquele ano
Pensava que também seria importante que o Algarve estivesse dotado de um equipamento Museu /
Centro de Arte Contemporânea que seria mais um ponto de fixação e de qualificação do turismo
Julgava que a Dieta Mediterrânica era um muito bom exemplo do que devia ser a transmissão da
cultura da região algarvia, sendo que o Centro de Competências da Dieta Mediterrânica anunciado para
Tavira era importante
O <b>Primeiro Secretário da AMAL</b> disse que, do seu ponto de vista, a Feira da Dieta Mediterrânica era
um exemplo do melhor que era feito em termos de feiras no Algarve porque traduzia a cultura algarvia,
dando a conhecer aos outros, identificando o Algarve estando na génese da identidade, pelo que
supunha que era algo que deveria de ser assumido por toda a região, a Dieta Mediterrânica defendida
como tal
Referiu que era importante pugnarem pelo sentido da cidadania, pelo sentido regional, os valores
regionais que há muito eram sentidos e que se tinham vindo a perder. Era importante pugnar por
aqueles valores através das escolas ou de outras formas quaisquer. Considerava que uma das razões
que tinha contribuído para se perderem os valores tinha sido o fim da TV Regional que funcionava como
espelho dos algarvios porque as atividades que ocorriam apareciam na televisão tendo repercussões e,
tendo que produzir diariamente um conjunto de peças, estas eram muitas vezes também reproduzidas a
nível nacional pelo que o Algarve tinha muito mais notoriedade do que presentemente. Pensava que era
uma boa causa lutarem pelo ressurgimento de uma Televisão Regional e pela regularidade de conteúdos
noticiosos
O <b>Presidente da Assembleia Municipal</b> agradeceu a apresentação e referiu que depois daquela
excelente apresentação provavelmente ainda teriam ficado mais preocupados porque o Algarve estava
abaixo de tudo o que sabiam e, apesar disso, era considerada uma região rica. Era aquela a conclusão
que tiravam do que tinham ouvido, que tinham um PIB per capita superior e consequentemente menor
comparticipação da UE mas que em termos de infraestruturas, mobilidade, entre outras, estavam longe
das outras regiões, o que, como algarvio, era complicado constatar
Obviamente que já tinha conhecimento da maior parte das questões mas quando apresentadas
daquela maneira aumentavam a preocupação porque o que todos pensariam que seriam dúvidas
estavam ali bem documentadas com números que normalmente não enganavam
O <b>Deputado Municipal Silvino Oliveira</b> disse que relativamente ao documento pretendia adendar a
questão da água. Todo o turismo de qualidade pretendia mais água, tudo o que eram práticas agrícolas
com valor acrescentado, precisavam de mais água, e no Algarve havia solo e clima mas necessitavam de
ígua quer para consumo das próprias cidades quer para as atividades envolvente e as atividades
empresariais também iriam consumir mais água no futuro



----No Algarve existia um sistema constituído por Odeleite e pelo Beliche, sendo que o Beliche era a unidade que distribuía, cujo sistema já abastecia a grande parte da população algarvia.---------Do ponto de vista agrícola, a verificarem-se períodos de seca, seriam preteridos pelo que era fundamental a construção de um novo reservatório, que poderia ser a Foupana que tinha cota de descarga natural para Odeleite, que tinha cota natural para o Beliche, e daquela forma servir não apenas o sistema agrícola que se encontrava com o abastecimento às populações ficando este bastante reforçado, e ainda o Vascão que poderia ter cota natural de desaguo para uma eventual Foupana e para todo o sistema que tinha aludido. ----------Pensava que era fundamental não apenas para o Sotavento algarvio mas também para todo o Algarve para que pudessem evitar o que se previam devido às alterações climáticas, períodos de chuva menores, mais espaçados no tempo, mais intensos, pelo que a estratégia deveria ser de armazenar.-------- O Deputado Municipal José Graça referiu que complementando um pouco a intervenção do Deputado Municipal Silvino Oliveira pretendia sublinhar uma ou duas notas da apresentação do Primeiro Secretário da AMAL relativamente ao estudo que tinha sido apresentado deixando para ocasião posterior alguns considerandos sob a forma como o mesmo tinha sido desenvolvido.---------Pensava que era fundamental deixarem ali bem vincada a necessidade do Algarve não voltar a ficar de fora das redes internacionais de transportes. A dependência da região do turismo e também a dependência elevada relativamente ao mercado inglês levava a que procurassem com alguma insistência mercados alternativos ou que reforçassem a presença do ponto de vista promocional, mas também de transportes e da facilidade de transportes para o mercado que estava mais próximo, o mercado espanhol. Há alguns anos atrás, o Algarve inexplicavelmente tinha ficado de fora das redes europeias, nomeadamente no capítulo da ferrovia, pelo que queria acreditar que tal não poderia voltar a acontecer. Em março do corrente ano a própria Comunidade Europeia (CE) tinha publicado um estudo sobre aquelas ligações ferroviárias transfronteiriças onde sublinhava a necessidade de aprofundar os estudos sobre as ligações ferroviárias transfronteiriças, sobre a ligação ferroviária no sul de Portugal — Espanha. Por outro lado, o próprio Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) cuja versão final já tinha sido entregue na Assembleia da República e que pensavam que seria discutido até ao final do ano, também reforçava a necessidade de ser estudada aquela ligação. Inclusivamente, há pouco mais de um ano, tinha sido tornado público um documento da Euro-região Algarve-Andaluzia-Alentejo em que as três regiões defendiam claramente aquela ligação ferroviária junto dos Governos de Lisboa e de Madrid. Pensavam que era fundamental que ficasse assente no PNI e que era também esse o sentido contido no documento que a AMAL iria entregar no dia seguinte. ----------Por outro lado, existia uma situação que o Primeiro Secretário da AMAL tinha referido na parte final da apresentação que, para si, era provavelmente a mais importante porque quando meditavam sobre as questões da demografia verificavam que existia uma necessidade muito forte de intensificar os esforços



no sentido de potenciarem a imigração uma vez que trazia pessoas para o Algarve, pessoas essas que tinham uma ligação genética à região mais débil pelo que se a região não tivesse um conjunto de redes a apostarem em questões culturais seria muito difícil que essas pessoas viessem a reforçar o seu sentimento de vínculo ao Algarve. Era fundamental que as redes atualmente existentes em sede dos municípios no capítulo das artes, a Rede Azul que unia os teatros do Algarve, a Rede das Bibliotecas do Algarve, a Rede dos Teatros e a própria Rede de Museus fossem reforçadas e passassem a ter um papel importante ao nível dos Fundos Comunitários do QCA seguinte.---------Há alguns dias atrás, no âmbito da divulgação da Feira da Dieta Mediterrânica tinham tido a oportunidade de conhecer os últimos dados em termos de aprovação de Fundos do Algarve2020 para a área da cultura e turismo tendo tomado conhecimento que relativamente aos projetos aprovados, de investimento, aqueles números estavam muito acima do que era praticado a nível nacional. O Algarve tinha um investimento na área da cultura e do património a rondar os cinco por cento e pensava que era importante que o QCA seguinte mantivesse aquele regime porque, sobretudo, os algarvios tinham construído o Algarve com mais cidadania e participação. ----------Ainda no capítulo da cultura pretendia frisar um aspeto que considerava importante. Tinham ali falado na construção de um Museu de Arte Contemporânea, o que era um sonho antigo de Tavira, tendo-o sido também de Faro durante alguns anos, mas presentemente a criação do grande museu na região, que estava a dar os primeiros passos que pensava serem firmes e certos, era o Museu Zero que iria ficar localizado no concelho de Tavira, mais propriamente na Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, mas sobretudo, e tendo sido assinado na corrente semana o protocolo com o Município de Tavira, apontava no sentido de ganhar novos públicos, especialmente jovens, estando vocacionado para o mercado jovem o que era fundamental em termos de futuro até porque muitas das novas profissões que iriam aparecer no futuro iriam estar ligadas às artes digitais em que, certamente, o Museu iria ter o lugar certo no panorama cultural a nível nacional. ----------O Deputado Municipal José Graça disse que pretendia ainda referir uma preocupação que considerava fundamental. Das muitas ações que tinham sido realizadas no âmbito da discussão da estratégia Algarve 2020-2030, a palavra sustentabilidade tinha estado sempre presente na discussão. Assim, aquela era a preocupação que estava claramente refletida nos documentos que tinha sido apresentado pela AMAL e pensava que o Algarve apenas poderia ter mais valor nos mercados internacionais afirmando-se por aquela qualidade. ----------Para terminar disse que estando no período antes da ordem do dia também pretendia deixar uma nota de satisfação pelo consenso encontrado na Comunidade Intermunicipal em torno da taxa turística. Efetivamente pensava que a AMAL poderia ir mais longe se tivesse meios próprios, fossem diretos ou fornecidos pelos municípios, para poder investir e desenvolver as suas atividades em prol do Algarve para que fosse uma região melhor, e pensava que o passo que tinha sido dado presentemente



relativamente à criação da taxa turística que apenas teria sucesso se conseguissem chegar junto das pessoas e claramente afirmarem que as verbas que viessem a ser geradas pela taxa turística eram criadas para promover a região, mas também para promover a sua qualificação e promoção em termos internacionais. Apenas poderiam ter a certeza que o Algarve seria uma região de futuro, uma região sustentável se a AMAL e os municípios tivessem melhores meios para funcionarem. --------- O Deputado Municipal Artur Sanina referiu que não pretendia alongar-se muito quanto ao estudo porque se tratava de um documento muito vasto, sendo que a participação de todos tinha que ser realmente muito ativa para que a região progredisse. Porém, analisando o documento tinham verificado que existiam grandes preocupações a nível dos desafios da água, a sua reutilização, as secas que seriam cada vez mais longas, a dessalinização e a diminuição de perdas, uma preocupação que o Bloco de Esquerda (BE) já tinha apresentado na Assembleia Municipal de fevereiro através de uma moção que ----Outra grande preocupação estava relacionada com o ordenamento, requalificação urbana e habitação. Tinha ali sido abordada a questão da demografia e da necessidade de existirem mais pessoas no Algarve, sobre o que também tinham visto a moção que tinham apresentado em abril do corrente ano aprovada naquela Assembleia Municipal, na qual chamavam à atenção para que fosse requerido junto da Câmara Municipal para que a curto prazo iniciasse o processo de criação de uma habitação social e a custos controlados, assim como apoiasse o arrendamento dirigido às famílias mais vulneráveis, e também pugnando pelo processo de regulamentação do alojamento local.---------Aquelas eram também as preocupações que pretendiam espelhar ao nível daquele documento tal como a mobilidade, sobretudo a melhoria dos transportes ferroviários para o que, naquele mesmo dia, apresentariam uma moção. ----------Para terminar disse que ao nível da saúde, pensavam que a criação do curso de medicina no Algarve certamente contribuiria para a existência de mais médicos na região, no entanto era necessário criar condições aceitáveis para manter aqueles profissionais na área, pois parecia-lhe que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) iria ficar com elementos em falta.---------O Deputado Municipal Pedro Soares disse que relativamente à análise do relatório que ali tinha sido apresentado a Coligação Democrática Unitária (CDU) apenas referia que relativamente ao levantamento dos problemas que ali tinham sido colocados, considerava claro que desde o público às bancadas, todos os que ali estavam presentes, constatavam aqueles problemas na região do Algarve. Todavia o que não era claro eram as soluções encontradas porque as políticas delineadas para a resolução dos problemas caiam um pouco por terra visto que se falava da água, da requalificação da ER125, questões que ali já tinham sido discutidas, pelo que se pretendessem apresentar uma proposta para a requalificação da ER125, que apresentassem e a CDU votaria favoravelmente, se pretendessem uma proposta para a requalificação da ferrovia e a sua eletrificação, que apresentassem e a CDU votaria favoravelmente, se





quisessem apresentar uma proposta para um hospital central, que a apresentassem numa Assembleia Municipal, fizessem pressão para o poder central e a CDU votaria favoravelmente, porém discutirem tudo em conjunto num relatório amplo, pensava que a metodologia encontrada para a elaboração daquele relatório era estranha mas simultaneamente muito concreta relativa ao levantamento dos problemas, sendo que para eles o que não concordavam era com as posições encontradas para a ----Concluiu dizendo que se pretendessem estruturar programas para a habitação social, que os apresentassem e votariam favoravelmente, politicas para a cultura, seriam completamente abertos à discussão das mesmas, discutindo caso a caso, área a área, sendo tudo plausível, todavia não estariam em condições de discutir tudo em conjunto e aprová-lo,----------O Presidente da Câmara Municipal saudou Joaquim Brandão Pires que tinha efetuado um resumo alargado do que era um documento estratégico que tinha sido votado e aprovado por unanimidade na ----Estavam perante um novo QCA e se fossem pela linha de que cada assembleia municipal apresentasse umas propostas e as votasse, não teriam propriamente o que os algarvios pretendiam para a sua região. Assim o que tinham vindo a efetuar, pelo menos enquanto ele fosse Presidente da AMAL, era a elaboração de um conjunto de documentos estratégicos que em determinada altura seriam ----Na prática, os autarcas deviam transmitir aos governos, e nada tinha a ver com um ou outro Governo, aquilo que consideravam importante acontecer no prazo de dez anos e posteriormente poderem avaliar o que tinha sido ou não efetuado, porque se tratava de uma luta constante com qualquer Governo. A avaliação era efetuada um pouco pela negativa uma vez que pretendiam retratar a realidade regional em função dos seus indicadores e das respostas que tinham que estavam a propor para a obtenção de fundos comunitários e solidariedade nacional, porque a discriminação positiva do Algarve tinha que acontecer, porque teoricamente era uma região rica, mas tinham muitos problemas sociais e outros para os quais pretendiam encontrar solução independentemente do Governo. Passava a ser muito fácil a qualquer governo saber o que os algarvios pretendiam porque em determinada altura tinham tido a paciência e o trabalho de elaborar um documento com cerca de cinquenta páginas que continha um conjunto de prioridades que no momento consideravam importantes para os dez anos seguintes. As prioridades poderiam estar alteradas ao fim de dois anos, todavia necessitavam de um hospital central, tinham que estudar, como o Deputado Municipal Silvino Oliveira tinha referido, o ciclo da água, e dentro de dois meses iriam apresentar um outro estudo que a AMAL também estava a elaborar, porque pretendiam introduzir a questão das alterações climáticas. ----------Em termos de investimento para o Algarve, um estava relacionado com a falta de água, períodos quentes de temperaturas abrasadoras, ciclos de períodos muito difíceis, que tinham que resolver tal



como os picos de calor ou frio, mas sobretudo os de calor. Outra preocupação constantes do estudo estava relacionada com a linha de costa, nomeadamente com algumas zonas em que as praias iam perdendo areia e outras que tinham areia a mais, a subida do nível médio da água do mar, as frentes ribeirinhas, uma vez que se previa que no prazo entre vinte ou trinta anos se verificasse um recuo de cidades que presentemente eram muitíssimo turísticas e que teriam que recuar ruas inteiras. ----------O Presidente da Câmara Municipal continuou referindo que tinham mandado elaborar aquele estudo para saberem o que iriam falar com o Governo pois caso contrário o que acontecia, e ele naquela altura já não estaria naquela função, mas teriam que ter a competência para dizer que há vinte ou trinta anos atrás, tinham alertado para o que sentiam como necessidade, de forma técnica, fundamentada, com recurso a Universidades, investigadores e outros. ----------Tratava-se de um documento politico que continha minimamente o que era a visão dos dezasseis municípios algarvios que tinham chegado a acordo em dez questões importantes para os dez anos seguintes estando alinhados com o que era a estratégia dos fundos comunitários, que se referiam à sociedade do conhecimento, questões demográficas, água e outros. Não os tinha preocupado muito saber que não existia verba da Europa para uma determinada linha de função porque não era essa a prioridade do plano mas antes as questões da saúde, da mobilidade, das alterações climáticas, culturais, demográficas que eram assuntos essenciais que tinham compilado num documento, sistematizado, onde constatava um conjunto de medidas. Era um documento geral que se desdobrava num conjunto de medidas para as quais muitos tinham dados os seus contributos pois existiam vários stakeholders políticos que tinham vindo a consultar ao longo dos últimos quatro meses, de diferentes áreas, cujos contributos de todos tinham sistematizado num documento que seria introduzido no domingo seguinte numa plataforma e posteriormente entregue em mão ao Primeiro-ministro para dele fazer o que ----Acrescentou que aquela era a estratégia, algo ambiciosa mas simultaneamente prudente porque posteriormente seria quantificado em milhões de euros, uma vez que também era importante saberem o que consideravam que o Algarve necessitava para não seguirem uma forma atomística. Ainda naquele dia tinha circulado pelos corredores da Assembleia da República e podia constatar que quando ali chegavam ou tinham uma identificação com as forças parlamentares para chegarem ao Governo, ou aprofundavam o grau de complicações, o que era reforçado pelo relatório de forma prudente, ambiciosa, mas retratando o que eram as prioridades da geração que presentemente ocupava os lugares, sistematizando-as num documento. ---------Aquela era a novidade, porque a AMAL tinha trinta anos e não tinha elaborado muitos documentos estratégicos, ou até nenhuns, e desde que ele era Presidente da AMAL já tinham sido elaborados quatro ou cinco documentos seguindo uma linha condutora, preocupando-se com o facto da AMAL ser uma estrutura regional, uma aglomeração de municípios que tinham opinião sobre as diferentes matérias,





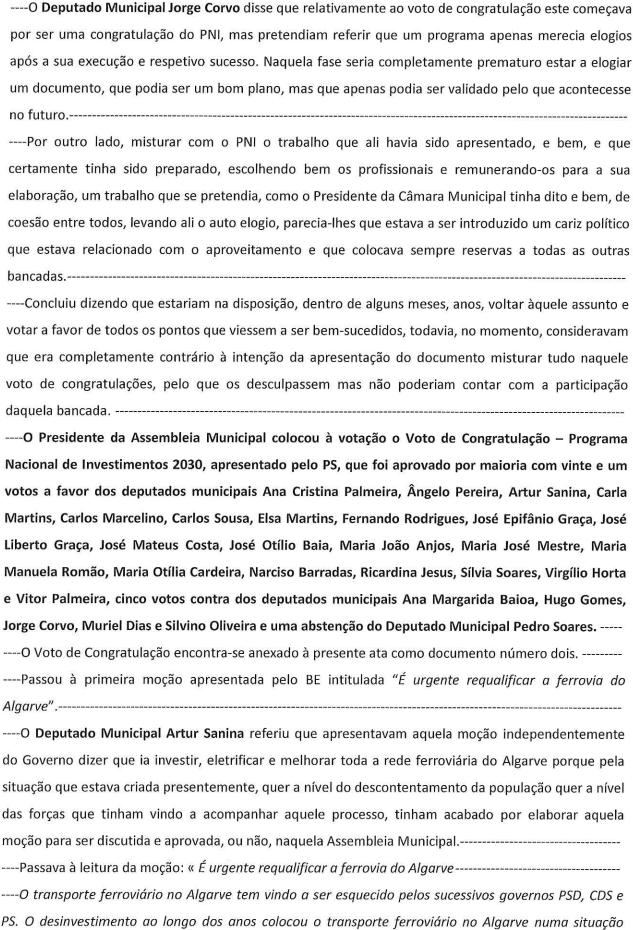
que tentavam alcançar consensos, decisões por unanimidade, sendo que o que não era consensual tinha sido retirado do texto sem qualquer problema.---------Terminou dizendo que aquele era o enquadramento, que pretendia agradecer ao Primeiro Secretário da AMAL pela apresentação que tinha resultado das discussões que tinham tido nos vários grupos porque tinham sido todos muito cáusticos, uma vez que existiam diferentes visões politicas, o que era normal, mas aquele era o resultado sintetizado num documento que seria consultável, seguramente sendo colocado na Internet, e ficaria como referência do ano de 2018 para uma ação a partir do ano 2020. Obviamente, que as situações se alteravam, contudo a situação atual ficava escrita. ----------O Presidente da Assembleia Municipal verificando que não existiam intervenções por parte do público presente recordou novamente que caso pretendessem intervir no espaço que lhe estava destinado, poderiam proceder à respetiva inscrição e, informou que o espaço para intervenções do público ocorreria antes de darem início à ordem do dia. ---------Agradeceu a presença do Primeiro Secretário da AMAL, Brandão Pires, bem como dos serviços de apoio que o tinham acompanhado. ----------Referiu que tinham dado entrada na Mesa da Assembleia Municipal três documentos, concretamente, um voto de congratulação e duas moções que iria colocar à discussão, análise e votação, por ordem de entrada. Assim, iriam iniciar pelo Voto de Congratulação sobre o "Programa Nacional de Investimentos 2030" apresentado pela bancada do Partido Socialista (PS).---------O Deputado Municipal José Graça disse como os deputados municipais deveriam de ter percebido que o voto de congratulação que apresentavam estava relacionado com o documento que tinham acabado de discutir, mas também com todo o processo que tinha sido desenvolvido ao longo do corrente ano em torno da discussão pública da estratégia Portugal 2030.---------De facto, como o Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de referir que tinha pouca memória de existirem documentos estratégicos na região, ele próprio, que na altura não era autarca municipal mas suplente no Executivo Municipal de Tavira, recordava-se de ter sido realizada a discussão e elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Algarve promovido pela AMAL no tempo do Presidente Carlos Tuta. Tratava-se de um documento que tinha conciliado os municípios em torno do QCA II, que tinha sido o quadro de apoio que tinha vigorado entre 1994 e 1999, todavia depois não tinham aprovado mais documentos daquele teor limitando-se a efetuar uma lista com projetos de interesse para a região, com muito pouco enquadramento estratégico, e até mesmo relativamente ao programa operacional, POAlgarve21, tinha havido a necessidade da AMAL elaborar um Plano Intermunicipal de alinhamento com uma listagem de intervenções que já estava elaborada antes do programa. Era por aquela razão que naquele voto que apresentavam à discussão da Assembleia Municipal diziam que: "Complementar, paralela e simultaneamente, de forma inédita, a AMAL -Comunidade Intermunicipal do Algarve teve oportunidade de participar neste processo..." de



planeamento que ao contrário do que o representante da bancada da CDU tinha dito, que se tratava de algo que tinha sido discutido e decidido em conjunto, era antes um documento de planeamento, com prazo, timing previsto, conforme o Primeiro Secretário da AMAL tinha indicado na sua intervenção inicial, no sistema de planeamento da UE que, recordava, era a sete anos. Como o Presidente da Câmara Municipal tinha referido aqueles planeamentos tinham que ser elaborados a longo prazo, talvez abrangendo vários governos, e com um grau de previsibilidade que por vezes era difícil, mas envolvendo de alguma forma todos os Partidos Políticos, pelo que pensavam que a grande vantagem daquele processo que tinha decorrido desde o dia doze de janeiro, quando o Primeiro-ministro tinha apresentado a estratégia Portugal2030 no Conselho Regional, tinha sido no sentido de ser criado no Algarve, o que pensava que pelas intervenções dos quinze presidentes de câmaras municipais que tinha tido oportunidade de ouvir, mas também das associações empresariais e dos vários setores representados naquele Conselho Regional, de que tinha sido dada nota pública pela Comunicação Social, um grande consenso para que a região voltasse a ter voz, que fosse forte e pudesse ser escutada em Lisboa de modo a que as expetativas dos algarvios pudessem ser cumpridas naquele prazo alargado ----Aquela era a razão por que ao longo do corrente ano, quer a CCDR, quer a própria AMAL, tinham elaborado aquele trabalho de uma forma articulada, que estavam a propor à Assembleia Municipal que emitisse aquele voto de congratulação pela forma como o processo de debate público tinha sido desenvolvido por aquelas duas entidades permitindo a participação da sociedade civil e das autarquias na construção da parte do Algarve para a estratégia do Portugal2030 mas, sobretudo, por terem potenciado, de forma inovadora, consensos regionais em torno do PNI cuja consulta pública estava presentemente a decorrer sendo aceites contributos até ao domingo seguinte. ---------------------------Pensava que era importante que definitivamente existissem grandes consensos na região relativos àquelas matérias para que, fosse qual fosse o Governo, não colocasse de lado os investimentos defendidos para o Algarve, que até constavam do plano. Como dizia o povo "gato escaldado de água fria tem medo", pelo que pensava que não podiam deixar que voltasse a acontecer o que tinha acontecido no passado. Felizmente, salvo algumas exceções, pensava que existiam governos que tinham deixado de rasgar a documentação proveniente do governo anterior e tinham percebido que era necessária uma continuidade das políticas públicas. Como tinha dito "gato escaldado de água fria tem medo" pelo que o Algarve tinha que estar unido para defender os grandes desígnios e os grandes investimentos a nível regional, sendo pelo facto de terem conseguido ao longo daqueles quase nove meses desenvolver aquele trabalho, que apresentavam à Assembleia Municipal aquele voto de congratulação desejando que o trabalho conjunto entre os serviços da Administração Central, autarquias locais e sociedade civil continuasse a ser desenvolvido no Algarve e viesse a ter resultados no âmbito da aplicação da estratégia Portugal2030.------











vergonhosa e degradante. Os comboios avariam regularmente, criando longos atrasos, e alguns horários são suprimidos. No período do verão a situação agrava-se. Os imensos utilizadores do comboio são diariamente desrespeitados pela CP. Numa região turística de excelência não é aceitável a insuficiente oferta do transporte ferroviário e com equipamentos completamente obsoletos. ---------Junta-se a esta situação a total descoordenação dos transportes públicos, devido a uma péssima organização dos diversos meios de transporte rodoviários e ferroviários nas várias localidades do Algarve, levando a tempos de espera desnecessários para os utentes. ----------O atual governo desde finais de 2015, não procedeu a tempo e horas à correção da flagrante necessidade de benfeitorias no ramal e no material circulante no Algarve, tendo o governo assumido com o Sindicato Ferroviário, em 29 de setembro de 2017, o objetivo de responder " às debilidades que têm vindo a ser verificadas, quer a curto prazo, quer a médio e longo prazo, como instrumento essencial para capacitar a CP a poder prestar um serviço adequado e de qualidade aos portugueses". Este objetivo não foi cumprido.---------Por outro lado a situação dos trabalhadores da CP merece também atenção sendo necessário um rápido incremento de pessoal de modo a fazer face às necessidades do serviço.---------Desta forma a Assembleia Municipal reunida em 28 de Setembro de 2018, delibera: ----------1- Solicitar junto do Ministério do Planeamento e Obras Públicas que, a curto prazo, proceda a um investimento na ferrovia do Algarve, nomeadamente na obtenção de material circulante, de forma a colmatar a situação existente, dando início também a eletrificação e duplicação da via onde seja possível, criando-se assim as condições para ser no futuro o transporte público de excelência no Algarve. ----2-Requerer ao Governo a rápida admissão de trabalhadores nas várias empresas do sector, que permita uma real melhoria da qualidade do serviço prestado pela vertente ferroviária. ---------3- Instar as diferentes bancadas parlamentares da Assembleia da República para a defesa da manutenção do serviço ferroviário no sector público, bem como para a criação de uma estratégia tarifária de cariz social. ----------4- Sensibilizar a Associação dos Municípios do Algarve (AMAL) para a criação de um plano coordenado de transportes, com o objetivo de melhorar a mobilidade dos utentes e diminuir o transporte pessoal. ---------5- Divulgar esta deliberação pelos grupos parlamentares da Assembleia da República, imprensa nacional e regional.» ---------Acrescentou que a moção surgia pelo agravamento notório das condições de que podia citar dois ou três exemplos. A empresa pública Infraestruturas de Portugal (IP) tinha investido no ano de 2017, oitenta e três milhões de euros nas redes ferroviárias e rodoviárias quando a média anual de investimento entre 2000 e 2011 apenas na rede ferroviária tinha sido de trezentos e trinta e um milhões de euros.-----



----Recentemente também o Ministro Pedro Marques tinha anunciado mais um plano para 2030 quando o plano anteriormente anunciado para 2020 não tinha sido cumprido em mais do que quinze por cento. A Comboios de Portugal (CP) tinha reduzido a capacidade da sua frota atual ao ínfimo, não adquirindo comboios há vinte anos, quando a sua vida útil era de trinta anos. Presentemente a frota tinha sessenta ----Terminou dizendo que eram todas aquelas situações que os tinham levado a apresentar a moção ----O Deputado Municipal José Graça disse que se aquela moção tivesse sido apresentada há um ano e meio atrás certamente que votariam favoravelmente, todavia parecia-lhe que o BE tinha parado no tempo e, de facto, como alguém dizia há uns dias, as questões tinham começado a sair do powerpoint porque tinham um Governo empenhado em concluir os investimentos previstos no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 3+ (PETI3+) e, como sabiam, já tinham sido projetos de beneficiação do troço da Ferrovia entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos.----------O Governo já tinha autorizado a CP a renovar a frota de automotoras bimodo para que pudessem entrar em funcionamento ainda antes mesmo de a linha ser eletrificada no Algarve, mas também para serem utilizadas noutras zonas do país. O Governo também tinha autorizado a CP a alugar junto da Renfe – Alquiler de Material ferroviário Sociedad Marcantil Estatal, S.A. novas composições e, ainda mais recentemente, quer a CP quer a empresa pública que tratava da requalificação das unidades de transporte da CP, tinham tido autorização para admitir pessoal para os seus quadros.----------Por outro lado, não se podiam esquecer que também no âmbito daquele processo de modernização e eletrificação da linha do Algarve, e não eram ramais mas troços de linha do Algarve que estavam em beneficiação, financiados quer pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), quer pelo Programa Operacional Fatores de Competitividade2020 (COMPETE) com prazos claros de execução dos investimentos que estavam previstos, a generalidade dos municípios do Algarve, mas particularizando Tavira, também estava a negociar com a IP a supressão das passagens de nível existentes ou subsistentes na linha do Algarve. No caso de Tavira, da cidade mais concretamente, no âmbito do processo de requalificação da linha do Algarve, tratavam-se de duas passagens de nível mas também a retificação do troço da ferrovia na atual passagem inferior do acesso ao aldeamento de Pedras D'el Rei. ----------Queria acreditar que poderiam contar com o Governo que não iria voltar atrás nos compromissos que tinha assumido quer com os autarcas algarvios quer com a população em geral, sendo pois a razão pela qual a bancada do PS não podia aceitar aquela moção apresentada pelo BE, sendo que até parecia moda nas últimas semanas a realização de plenários sucessivos sobre assuntos que o Governo já tinha dito que iria resolver e que estavam em vias de resolução. Sabia que a resolução não acontecia nos timings que desejariam, a intervenção na área da ferrovia era muito pesada, muito difícil, a renovação

tavira (by).

no longo dos últimos

da frota, de facto, demorava tempo, mas não podiam esquecer que a ferrovia ao longo dos últimos ----Queria acreditar que o trabalho que estava a ser efetuado se iria concretizar, até porque através do seu Grupo Parlamentar já tinham feito chegar ao Governo a necessidade de também ser revista a situação da Linha do Sul no troço final que ligava São Marcos da Serra a Tunes, sendo também necessário que aquela zona da linha fosse requalificada de modo a que o Alfa Pendular, todas as suas potencialidades, fossem aproveitadas e que permitisse a sua circulação numa velocidade razoável naquela zona do percurso, bem como a modernização da linha no que se referia aos aspetos tecnológicos que por vezes também tinham problemas originando alguns atrasos, nomeadamente para o Alfa Pendular que era o meio de transporte ferroviário de ponta que existia na região do Algarve. ---------Como o Deputado Municipal Artur Sanina tinha reparado na apresentação que ali tinha sido efetuada, constavam muitas daquelas preocupações, que eram preocupações de futuro, que de maneira nenhuma podiam deixar de investir na ferrovia. ---------Como tinha dito na sua intervenção relativamente à apresentação que tinha sido efetuada pelo Primeiro Secretário da AMAL, tinham que continuar a efetuar uma aposta forte na ferrovia, quer no modo ligeiro, quer na ligação ao Aeroporto, quer na ligação a Espanha, pois estavam conscientes que ----Por outro lado acrescentava que estarem ali a apelar à AMAL para que criasse um plano de transportes, quando há menos de um ano, naquela mesma Assembleia Municipal, tinham aprovado a criação da autoridade regional de transportes e a transferência de competências do Município naquele domínio para a AMAL, parecia-lhe ser de alguém que estava parado no passado. Aquela proposta faria sentido talvez há um ano e meio atrás, quando as questões naquele domínio estavam, de facto, completamente paradas,-----------O Deputado Municipal Artur Sanina disse que a intenção ao apresentarem aquela moção e a respetiva argumentação era a de ver qual seria a resposta das restantes bancadas sendo que a intervenção do Deputado Municipal José Graça não os tinha surpreendido na medida em que já sabiam como seria, porque o Deputado Municipal não conseguia diferenciar o que era ser um deputado municipal e defender a sua terra e o que era estar naquela Assembleia Municipal para defender o Governo. Portanto tinha feito o que sempre fazia nas suas intervenções, falando do Governo, que já tinha feito, já tinha planeado, que estava a elaborar todos os estudos ou que já estavam efetuados pelo que não aprovariam. ----------Pensava que como deputados municipais estavam ali para defender uma região, pelo que convidava o Deputado Municipal José Graça a fazer o que eles tinham feito na segunda-feira anterior, a entrar num comboio em Vila Real de Santo António e a sair em Faro para verificar a realidade existente sendo que





após terem efetuado aquele trajeto tinham reunido com a comissão de trabalhadores, sindicatos ferroviários e ouvido as pessoas que diariamente devido à sua profissão sentiam os problemas.---------Acrescentou que há vinte e oito anos que utilizava aquela linha férrea para se deslocar para o trabalho e o que verificava era um serviço cada vez mais degradado, comboios suprimidos, falta de limpeza nas carruagens, a utilização de autocarros para substituir os comboios, e em vez de chegar a casa às dezanove horas e cinquenta minutos, chegava às vinte e uma horas e vinte minutos. Os próprios trabalhadores que tinham vindo a estabelecer reuniões com o Governo, não acreditavam que aquelas metas seriam atingidas sendo que presentemente delineado para 2020 quanto à requalificação da linha férrea do Algarve apenas tinha sido executado quinze por cento. Assim, tanto os trabalhadores como os utentes se revoltavam perante a situação que estavam a viver diariamente há longos anos. ----------Sabia que já tinha levantado aquele problema no primeiro ano do seu primeiro mandato e estando presentemente a terminar o primeiro ano do segundo mandato debatia-se com os mesmos problemas, agravados, pelo que questionava como poderia acreditar num Governo que dizia que iria resolver.---------Relativamente ao material circulante podia dizer que o que pretendiam alugar a Espanha, não seria para o Algarve, apenas para a Linha do Oeste, e os contratos de manutenção para aquelas carruagens, para que as nove composições tivessem uma utilização normal, não tinham sido renovados a tempo para a manutenção daquelas carruagens estando presentemente a circular apenas quatro composições e o Algarve não podia funcionar daquele modo. ----------Quanto à eletrificação da linha e ao lançamento dos concursos, quem conhecia e trabalhava na CP, principalmente na área de circulação, considerava que os investimentos já deveriam ter sido efetuados, porém nem os concursos estavam ainda lançados, pelo que não compreendia como o Deputado Municipal José Graça podia dizer que o Governo estava empenhado, que iria cumprir, e que até 2021 teriam um ferrovia em condições, porque quem sofria eram os estudantes, as pessoas que se tinham que deslocar para as consultas no hospital, os que iam trabalhar, quem pagava o passe, e que viam os comboios que necessitavam suprimidos sendo substituídos por autocarros, cujo custo ainda gostava de saber. A ferrovia não tinha condições pelo que estranhava como o Deputado Municipal, que deveria de defender a sua região e as pessoas que neles tinham votado, defendia o Governo. -----------------------Acrescentou que ou continuavam a dizer que o Governo já tinha feito e por isso não valia a pena votar as moções que o BE apresentava, ou iriam pensar nos problemas que as pessoas colocavam como tinham ouvido na segunda-feira anterior, que aquela era uma situação vergonhosa, que não eram tratados como seres humanos, que o que estava a acontecer era inadmissível. ----------Para terminar disse que se queriam continuar a ouvir e a acreditar no Governo, que o fariam, mas garantia que o BE iria continuar a pressionar o Governo para que aquelas situações não acontecessem na região do Algarve.------

tavira / wy.

----O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que embora toda a sua bancada tivesse liberdade de voto naquela matéria considerava que a maioria das situações colocadas pelo Deputado Municipal Artur Sanina eram verdadeiras, que todos assistiam, pelo que, pessoalmente iria votar a favor embora com algumas reticências quanto a alguns parágrafos e pontos apresentados que, alguns deputados municipais iriam superar e votar a favor. ----------O Presidente da Assembleia Municipal lembrou que a moção tinha como titulo "É urgente requalificar a ferrovia do Algarve" que, na verdade estava a ser requalificada, pelo que considerava que a mesma se tinha perdido no tempo. Não era que não fossem verdadeiras algumas das questões levantadas pelo Deputado Municipal Artur Sanina e quem se deslocava de combojo sabia-o bem e ele, embora não parecesse, também se deslocava por vezes. Todavia referir que o Deputado Municipal José Graça estava ali a defender o Governo, o que não seria de admirar uma vez que era militante do PS, sendo que o que lhe causava algum espanto era que o BE não defendesse porque fazia parte da chamada "geringonça".---------Ele próprio também iria votar contra a moção porque considerava que era apresentada fora de tempo. Como já tinha dito anteriormente a requalificação estava a ser efetuada, sendo que não podia garantir, e nisso o Deputado Municipal Artur Sanina tinha razão, que a intervenção não fosse interrompida como já tinha acontecido a muitas, todavia não era com aquela moção que iriam resolver sendo que o BE teria outras maneiras de resolver o problema, nomeadamente a dissolução do Governo. ----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção intitulada "É urgente requalificar a ferrovia do Algarve" a votação que foi rejeitada com vinte votos contra dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Ricardina Jesus, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, cinco votos a favor dos deputados Municipais Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Jorge Corvo, Muriel Dias e Pedro Soares, e duas abstenções dos deputados municipais Hugo Gomes e Silvino Oliveira, ------------------------------------Passou à segunda moção, também de autoria do BE, intitulada: "Pela não transferência em 2019 das competências previstas na Lei n.º 50/2018".----------Referiu que antes de passar a palavra aos deputados municipais pretendia fazer alguns considerandos. Era evidente que a Mesa da Assembleia Municipal tinha aceitado aquela moção uma vez que tinha sido recebida dentro do prazo previsto no Regimento da Assembleia Municipal, mas pretendia informar que no início do corrente mês tinha recebido do Deputado Municipal Pedro Soares, da CDU, não uma moção mas um documento sobre o mesmo assunto propondo uma Assembleia Extraordinária, antes do dia vinte de setembro, para a votação da não transferência das competências. Naquela mesma altura tinha sido recebido por parte da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e do Secretário do



Estado, um documento que referia que o prazo previsto no n.º 4 da Lei 50/2018 não deveria de ser cumprido na medida em que os diplomas setoriais ainda não tinham sido publicados, o que até ao momento ainda não tinha acontecido, e portanto do mesmo modo que tinha respondido quanto a não haverem ainda condições para o assunto fosse discutido, naquele mesmo dia, vinte e oito de setembro, diria o mesmo por considerar que não estavam em condições de decidir pela transferência ou não uma vez que ainda não existiam os diplomas setoriais que, diariamente ouvia que tinham sido aprovados mais três, mais quatro, mas a verdade era que não conhecia um único. ----------Considerava que não estava em condições de discutir o assunto e muito menos de votar uma moção daquele teor, e também pensava que o mesmo não deveria de ser discutido através de uma moção mas antes como um ponto específico na ordem do dia, uma vez que se tratava de um assunto de grande importância, como seria a descentralização das competências para as autarquias, o que pensava não aconteceria em 2019, pelo menos no início, porque não acreditava que viesse a ser publicado um diploma com a indicação de uma data para o fazerem, que se necessário fosse, realizariam uma Assembleia Municipal Extraordinária para o definir porque se tratava de um assunto sobre o qual a Assembleia Municipal tinha competência. Assim, porque não tinham condições de debater aquela guestão, convidava o Deputado Municipal proponente daquela moção a retirá-la.--------------------------O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que a Lei 50/2018 era provavelmente, nos tempos que se seguiriam, um dos maiores desafios colocados às autarquias e até mesmo a Portugal, devido à forma de implementação e flexibilidade parcial de transferências das diversas áreas que estavam previstas, que seriam objeto de muita discussão, pelo que concordava na íntegra que aquela moção fosse retirada e o assunto discutido posteriormente. ----------O Deputado Municipal José Graça disse que relativamente àquela proposta do BE, à moção que tinha sido apresentada, correndo o risco de estar a defender o Governo, quanto ao processo de descentralização, queria elogiar de uma forma serena e sem querer tirar parte alguma, o trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido nos dois anos anteriores pelo Ministro Eduardo Cabrita, pela ANMP e particularmente desde o início do corrente ano, desde o congresso do Partido Social Democrata (PSD), pelo seu Presidente. ----------Como o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha acabado de dizer, de facto a Lei-quadro da Descentralização era um dos grandes desafios que presentemente tinham em Portugal, que cumpria um compromisso do Governo no reforço da descentralização para as Autarquias Locais mas que, infelizmente, durante algum tempo apesar da proposta da Lei-quadro, dos documentos setoriais estarem entregues e disponíveis bem como os parceiros da própria ANMP, há mais de um ano, tinham chegado àquele ponto de ter a Lei aprovada, publicada, mas sem os documentos setoriais. A Lei deveria de estar em vigor no dia 15 de setembro de modo a que tivesse consequências no orçamento do Estado e nos orçamentos municipais, mas ainda não estava. -----

tavira (Luy. tinha sido realizado

----Pretendia voltar a sublinhar que até à presente data nunca nenhum trabalho tinha sido realizado daquela forma, uma Lei-quadro que iria originar vinte e três Decretos-Lei. O processo de negociação com a ANMP, pensava que representada pelo seu Vice-presidente Ribau Esteves, embora quem tenha tido maior visibilidade fosse o seu Presidente, Manuel Machado, tinham, de alguma forma, vindo pouco a pouco a ver concretizados nos documentos setoriais o que eram as grandes pretensões dos municípios havendo ainda dúvidas sobre a parte dos recursos, cujo trabalho que estava a ser efetuado, que era moroso e exigia paciência, pelo que naquela fase seria totalmente prematuro estarem na Assembleia Municipal de Tavira a discutir aquela moção.---------Sublinhava que se tratava de um trabalho meticuloso, de grande respeito pelas autarquias, mas sobretudo de um trabalho conjunto entre os autarcas portugueses e o Governo da República.------------Concluiu dizendo que sem pretender estar do lado de quem quer que fosse, apelava ao Deputado Municipal do BE que retirasse aquela moção de modo a que a mesma não fosse rejeitada naquela sessão. --------- O Deputado Municipal Pedro Soares disse que chegavam à conclusão que era de lamentar que da parte do Presidente da Assembleia Municipal e da bancada do PS mais uma vez fossem adiadas aquelas discussões, uma vez que a CDU tinha remetido um requerimento, e corrigindo o Presidente da Assembleia Municipal, não se tratava de um documento para aprovação mas antes da possibilidade de ----Não existindo ainda uma resolução a nível nacional ou regional sobre as mesmas, devido à complicação existente e por saberem que o assunto se iria prolongar, sabendo perfeitamente que seriam as populações, caso a caso, cidade a cidade, região a região que iriam sofrer, alertava para a advertência do Presidente da República que na primeira vez tinha vetado a Lei, promulgando-a depois, e que estava relacionada com todos os problemas e riscos da sustentabilidade financeira concreta de transferência de competências da Administração Central para as autarquias, sendo que o risco que lhe estava inerente era que a transferência de competências poderia ser lida com um mero alijar das responsabilidades do Estado. O que estava em causa era que o Estado deveria de ter responsabilidades concretas em áreas específicas com eram os casos da educação, saúde, habitação e cultura, deixando pura e simplesmente de ter aquelas responsabilidades passando-as para os municípios, sufocando-os.-------Considerava que mais uma vez tinha ficado evidente que o PS e o PSD dentro das suas áreas tinham tentado discutir a questão, mas também não estavam muito favoráveis a que a moção fosse lida, sendo que a única questão que ali estava em causa era saber para quando pretendiam prolongar todas aquelas ----Pensava que teriam que ter muito cuidado com todas as vinte e três áreas que estavam em causa, que tinham que ser discutidas área a área e não serem todas englobadas e transferidas porque eram questões muito sensíveis para a população em geral que, acima de tudo, iriam deixar de ver



solucionados os seus problemas, respondidas as suas aspirações tanto ao nível das freguesias como dos municípios.-----



----O Presidente da Assembleia Municipal disse que lamentava não ter percebido mas o pedido da CDU que tinha apresentado no início de setembro, dizia pura e simplesmente mais ou menos a mesma coisa que aquela moção do BE, que não pretendiam a transferência de competências para o Município de Tavira, pelo que não estavam a propor qualquer discussão, apresentando o problema e a solução em simultâneo, estando portanto, o problema resolvido que, como tinha dito não haviam condições para o resolver, para o discutir ainda, mas também tinha informado que assim que houvessem condições, que saíssem os diplomas, estariam ali para os discutir fosse num, dois dias ou numa semana, para o que seguramente seriam convocados. Não estava a menosprezar nem a proposta da CDU nem a moção do BE, nem outras que pudessem aparecer relativas àquela matéria que considerava demasiado importante para se esquecerem. Não era o que estava em causa, não estavam a adiar o que quer que fosse, sendo que o adiamento se devia à burocracia do país que se tinha esquecido que tinha elaborado uma Lei e que, por motivos que já ali tinham sido aflorados, se tinham esquecido de elaborar os diplomas que a suportavam pelo que considerava que noventa por cento dos cidadãos do país que tinham funções como as deles, não tinham condições para discutir o assunto, que não fazia sentido. ---------Era a favor da descentralização mas presentemente não conseguia saber se votaria a favor ou não, porque não tinha elementos suficientes desconhecendo se os recursos que chegariam à Câmara Municipal seriam suficientes, não sabendo o que quer que fosse, pelo que não podia votar. Considerava a moção extemporânea como o era o documento da CDU, e não tinha percebido a intervenção, porque não tinha aceitado o requerimento da CDU e aceitado a moção do BE que tinha sido apresentada da forma e tempo previstos no Regimento, que não podia deixar de aceitar mas, o que tinha feito, tinha sido pedir ao seu proponente para a retirar.---------O Deputado Municipal Artur Sanina referiu que a estrutura do BE era composta pelos chamados grupos autárquicos que efetuavam o trabalho autárquico e que estavam constantemente a par daquelas situações, da legislação, entre outras. Aquela moção tinha sido elaborada para as assembleias municipais como já tinha sucedido em outras onde tinham sido ou não aprovadas, portanto Tavira não era um caso excecional, pelo que tinham pretendido apresentar aquela moção cujo foco era a parte final do documento que passava a ler: ---------- "Pelo exposto...", pelas diversas razões que tinham apresentado, "...e também por mera cautela e por não terem sido ainda publicados os referidos diplomas setoriais, a Assembleia Municipal de Tavira reunida em 28 de setembro de 2018, nos termos e para os efeitos do artigo 4.º, n.º 2 a) da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: 1 – Não pretender a transferência de competências para o Município de Tavira no ano de 2019;". -----





----Tinham elaborado aquela moção por mera cautela porque os diplomas ainda não tinham sido publicados e sabiam que individualmente, até por conversas que tinha tido com responsáveis do Município lhe tinham manifestado a sua indefinição relativamente a determinadas áreas, não tendo ainda capacidade de resposta, desconhecendo o que iriam entregar a determinadas entidades por forma a assegurar o serviço, pelo que era uma mera cautela o que ali apresentavam.---------Afirmou que retirava a moção desde que ali fosse garantida uma discussão pública sobre o tema. --------O Presidente da Assembleia Municipal solicitou que o Deputado Municipal Artur Sanina o esclarecesse relativamente ao que pretendia dizer com uma discussão pública que considerava ser o que ali estavam a fazer uma vez que a Assembleia Municipal representava todos os cidadãos, -----------O Deputado Municipal Artur Sanina disse que pretendia levar aquela questão ao conhecimento de todas as pessoas da comunidade.---------O Presidente da Assembleia Municipal reforçou que era àquela discussão que o documento voltaria, à Assembleia Municipal que como era evidente tinha a presença de todos os que ali pretendessem ir. Desconhecia se o Deputado Municipal estava com intenção de realizar algum comício pelas freguesias e outros, pois se fosse o caso não o podia garantir, porque não dependia de si, estando certamente mais relacionado com a atividade dos partidos políticos do que com o Presidente da Assembleia Municipal. Quanto ao que de si dependia já tinha referido que se fosse necessário para a discussão daquele tema, quando tivessem condições para o fazer, realizariam uma ou duas assembleias municipais.---------Continuou referindo que não podia concordar com aquele tipo de moções em que era referida a não pretensão da transferência de competências para 2019 porque se tivessem condições para o discutir e proceder à transferência de competências em março ou abril, não teriam que adiar para 2020. Não considerava que o proposto era cautela, sendo a razão por que tinha dito que não tinham condições para efetuar aquela discussão. Era possível que até não viesse a acontecer em 2019, estando convicto de que não seria em janeiro como estava previsto, mas poderia ser em abril ou maio, contudo o assunto seria discutido, provavelmente não na última sessão ordinária do corrente ano, mas esperava que acontecesse antes pois significava que teriam os suportes para o fazer, estando disponíveis. -----------Concluiu dizendo que gostaria bastante que acontecesse em outubro, sendo sinal de que teriam matéria para discutir pois, muito honestamente, era um processo que o preocupava e que aguardava há anos, desde que infelizmente a regionalização não tinha acontecido. Desconhecia se aquele seria um processo de regionalização ou um modo de acabar definitivamente com ela.-------------------------------- O Deputado Municipal José Graça disse que com a sua intervenção apenas pretendia complementar o que tinha referido na sua primeira intervenção sobre a discussão daquela moção e, falando em nome da bancada do PS, pretendia assumir o compromisso de efetuarem tão cedo quanto possível, aquela discussão, assim que estivessem publicados todos os vinte e três diplomas setoriais que estavam previstos no âmbito daquela discussão, e recordava que até ao momento tinham sido aprovados ao



longo da últimas três sessões de Conselho de Ministros, quinze diplomas, faltando por isso aprovar oito, sendo que os quinze diplomas estariam possivelmente em processo de aprovação e promulgação por parte da Assembleia da República a não ser que o Governo apenas pretendesse remetê-los na totalidade, os vinte e três. ----------Conforme tinha dito anteriormente, o processo de discussão com a ANMP estava concluído, existia um compromisso mesmo não estando publicada a Lei. Porque estavam a falar de diplomas setoriais, era importante conhecerem a legislação sendo que o n.º 1 do artigo 44.º dizia: "A presente Lei produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial aprovados...", como estava a referir "...com a ANMP", ou seja, quando a Lei fosse aprovada na Assembleia da República, os diplomas setoriais já estavam praticamente acordados com a ANMP.---------O compromisso da bancada do PS era no sentido de propor à Conferência de Líderes e ao Presidente da Assembleia Municipal, a realização de uma sessão de Assembleia Municipal, podendo existir as reuniões que fossem necessárias, nos termos do Regimento, para refletirem e aprofundarem a discussão sobre aquela matéria, inclusivamente pretendendo a presença do Executivo da Câmara Municipal, ou elementos públicos, e convidando também alguém do círculo para auxiliar ao aprofundamento daquela matéria da descentralização de competências que, conforme já ali tinha dito, era uma das maiores reformas da Administração Publica do século XXI.----------O Deputado Municipal Artur Sanina referiu que concordava plenamente com a sugestão do Deputado Municipal José Graça quando à realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para a discussão do assunto. ----------Devido à necessidade da publicação dos diplomas setoriais haveria todo o interesse em debater aquele documento numa sessão extraordinária com a participação do público. Assim, salvaguardando o que tinha sido referido, retiravam a moção. ----------Também pretendia chamar à atenção, e aproveitava a intervenção, para referir que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, através da Conferência de Líderes deveriam ser analisadas as ordens do dia, o que apenas tinha acontecido uma única vez, pelo que gostariam que aquele método de trabalho continuasse a ser seguido na medida em que questões como aquela poderiam ter sido ultrapassadas. ---------Relativamente a alguma observação que ali era por si efetuada, que o Deputado Municipal José Graça poderia ter sido sempre o representante do Governo e por vezes não apoiar questões locais, também ali tinham referido que ele pertencia à "geringonça". A "geringonça" era um termo popular, sendo que não pertenciam ao Governo pelo que o que tivessem que dizer, diriam, se fosse necessário rebater qualquer situação, rebateriam, pois não tinham problemas em discutir e estar ali a defender os interesses da comunidade de Tavira. A "geringonça" era uma coisa e eles eram outra. Eram uma força que em determinados momentos apoiavam e lutavam para que as propostas do Governo fossem



melhoradas, como presentemente estava a acontecer com o Orçamento do Estado, em que se encontravam em negociações, no entanto, ele tinha sido eleito pela comunidade de Tavira, pelo que se tivesse alguma coisa a dizer contra o Governo não teria qualquer problema em fazê-lo.----------Concluiu reforçando que retiravam a moção com a condição dela ser debatida numa Assembleia Municipal Extraordinária. ----------O Presidente da Assembleia Municipal disse que relativamente à intervenção do Deputado Municipal Artur Sanina apenas pretendia recordar que a responsabilidade da ordem do dia da Assembleia Municipal era da Mesa da Assembleia Municipal e não da Conferência de Líderes que reuniria sempre que o pretendessem. No momento não tinha visto necessidade na sua realização face à ordem do dia que que tinham e também porque na última Assembleia Municipal que se tinha seguido a uma Conferência de Líderes tinha ouvido que não tinha tido qualquer préstimo, pelo que, apenas ----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que aquela discussão toda tinha sido apenas para retirar ou não a moção, para o que bastaria um sim ou um não e, por outro lado o Deputado Municipal José Graça tinha proposto realizar uma Assembleia Municipal que era obrigatória, até várias, sobre o documento, o que tinha sido aceite pelo Deputado Municipal Artur Sanina. Existia a obrigatoriedade da realização de uma Assembleia Municipal para discutir aquele assunto que debateriam e decidiriam ponto por ponto quando tal estivesse em discussão, pelo que tinha ficado sem perceber se pretendiam discutir o texto na generalidade. ----------O Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinha dito o mesmo que o Deputado Municipal José Graça sendo o que tinha levado o Deputado Municipal Artur Sanina a retirar a moção, não interessando se o assunto seria discutido em Assembleia Municipal ordinária ou extraordinária. Se acontecesse numa Assembleia Municipal Extraordinária seria apenas para debater o assunto, sendo que numa Assembleia Municipal Ordinária integraria um dos pontos da ordem do dia.---------O Presidente da Câmara Municipal mencionou que todos estavam a pretender uma discussão sobre a questão, que iria acontecer, pela simples razão de que de acordo com a legislação era a Assembleia Municipal que aceitava ou não as competências. Era o que constava na Lei apesar da data de 15 de setembro estar ultrapassada, que assim sendo, de nada serviria porque o prazo já tinha expirado e por outro lado também faltava a condição do artigo 44.º, n.º 2, que pura e simplesmente não havendo leis setoriais, a data de 15 de setembro estava prejudicada. A própria Lei tinha dado como sem efeito o prazo de 15 de setembro da mesma Lei. Ainda podia haver a ideia de que era uma Lei da Assembleia da República e o Governo não podia dizer que a Lei da Assembleia da República não podia ser aplicada, mas a própria Lei, no n.º 2 do artigo 44.º dizia que enquanto não existissem leis setoriais o prazo nela constante estava prejudicado, tendo sido o que tinha sucedido.-----



----Tinha pedido a palavra sobretudo para dizer que a partir de setembro de 2021, não haveriam discussões sobre a descentralização das competências porque aquela era a decisão do Governo, que seguramente iria alterar a Lei 75/2013 para integrar as leis das competências das autarquias locais, que com certeza seria reformulada a Lei 73/2013 das Finanças Locais e todas as componentes, pelo que pensava que não deviam de candidatar-se a autarcas quem pretendesse discutir leis que iriam regulamentar a descentralização que seria consomada e que os autarcas dessa altura saberiam quais seriam e que competências iriam ter. Tratava-se de uma questão incontornável.---------Estava estabelecido entre os grupos parlamentares, a ANMP e todos os que davam opinião naquela matéria que os autarcas, na sua expressão máxima, as assembleias municipais, até setembro de 2021, decidiriam quais as competências que pretendiam receber em função das leis setoriais que não tinham sido publicadas ainda, tendo apenas sido aprovados quinze diplomas em Conselho de Ministros. ----------Considerava que o mais grave eram que de acordo com a Lei das Finanças Locais ninguém sabia que verba estava associada àquelas competências e como ainda não tinha visto qualquer lei setorial desconhecia se havia a transferência de alguma verba, pelo que ainda haveria algum caminho a percorrer.--------Porque o Executivo também teria opinião, a Assembleia Municipal deveria estar esclarecida. Vinculando o Executivo, por princípio não pretendiam aceitar até 2021 nenhuma competência sem o respetivo financiamento que, uma vez estabelecido, obviamente que as aceitariam até 2021 porque também acreditavam na descentralização, para o que tinham lutado, pretendendo exercer as competências, que não aceitariam sem a respetiva verba, porque seriam quem passaria a ter que dar resposta às pessoas. ---------Pensava que o Deputado Municipal Artur Sanina tinha feito bem em retirar a moção, até porque não via como numa moção podia aprovar uma questão que, supunha que tinha que constituir um ponto da ordem do dia, todavia ultrapassando aquela parte do formalismo, pensava que tinha agido bem porque seguramente a Assembleia Municipal teria que discutir a questão, uma vez que, no limite, lhe cabia a decisão sobre aquela matéria, ouvindo o Executivo, e confrontando as questões de modo a tomarem decisões ponderadas, assertivas e plenamente sustentáveis no seu modo de execução. Porque em 2021 o processo estaria concluído, até essa altura teriam que ser ponderados e rigorosos, mas estava à vontade porque era regionalista, acreditava na descentralização na medida em que considerava que ninguém melhor poderia decidir o que era bom para a terra onde vivia. Assim, seguindo o seu principio de sempre, que dessem as verbas, as competências, e tratariam das questões, todavia teriam que ter responsabilidade e ponderação, não descurando que precisamente os diplomas relacionados com a educação, área em que a descentralização já tinha estado mais avançada, não tinham ainda sido publicados, a saúde, ou seja, as grandes questões em termos de competências com algum fundo





financeiro. O que tinha sido publicado tinha sido um conjunto de decisões menores das vinte e três competências uma vez que eram as mais fáceis de consensualizar. ----------Como os deputados municipais sabiam, ele tinha estado em Coimbra em muitas das reuniões da ANMP sobre aquela matéria, sendo que a discussão era a verba para não cometerem nenhuma asneira de modo a que não acontecessem posições como a tomada pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto, Independente, que dizia que o que tinha sido decidido pela ANMP não o vinculava. A ANMP era composta por presidentes Independentes, do PS, do PSD e da CDU na respetiva proporção uma vez que eram as únicas forças que tinham representação com expressão autárquica sendo que as decisões eram tomadas por unanimidade de modo a não existirem frações ou fraturas da própria Associação, sendo aquela a razão do prolongar da discussão. ----------Para terminar, disse que apenas pretendia dar aquele esclarecimento, que considerava importante, e saudar obviamente toda a discussão que fosse efetuada sobre a aceitação das competências porque seguramente deveria ser feita na Assembleia Municipal que era o local onde as questões deviam de ser colocadas quanto à aceitação ou não das competências,---------O Presidente da Assembleia Municipal referiu que uma vez retirada a moção, continuavam no ----O Deputado Municipal Artur Sanina mencionou que pretendia formular três perguntas sobre temas que, pelo menos, para ele, eram sensíveis.----------Primeiramente queria abordar a questão dos assaltos que estavam a suceder no concelho de Tavira especialmente em Santo Estevão, Estiramantens, em que tinham acontecido agressões físicas. Sabia, pelas diversas reuniões que tinham realizado com o setor da segurança, comum a todos eles, que a Guarda Nacional Republicana (GNR) não dispunha de meios humanos e materiais para desenvolver o seu trabalho, como acontecia com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Policia de Segurança Pública (PSP), pelo que se tratava de um mal comum. ---------Certamente que não seria a Câmara Municipal a resolver aquele problema, no entanto porque seguramente o que estava a suceder também era uma preocupação do Presidente da Câmara Municipal, questionava quanto às démarches que estavam a ser efetuadas para que a situação fosse controlada.---------Outra situação que, nomeadamente os pescadores lhe tinham colocado, dizia respeito à barra de Tavira cuja intervenção iriam iniciar, mas que principalmente devido às marés que se tinham verificado, muito vivas, a barra estava na contingência de ser fechada à utilização dos pescadores que não podiam desenvolver o seu trabalho devido ao assoreamento provocado por aquelas grandes marés. ----------Uma questão a que tinha assistido dizia respeito ao canil de Tavira que, pela quarta vez tinha visitado, e constatado que as necessidades que tinha verificado há cinco anos atrás, no seu primeiro ano de mandato e para as quais o tinham alertado, se mantinham. Tinha consultado o projeto para a



requalificação do canil e, se não estava enganado, aquela era para ser uma das primeiras intervenções que o Presidente da Câmara Municipal tinha para o mandato atual, sendo portanto uma das grandes prioridades, todavia já conhecia o projeto há cerca de um ano e tendo, no dia anterior, tido uma reunião de cerca de hora e meia com a Veterinária, tinha-a questionado sobre o que para ela seria um canil em condições numa autarquia ao que lhe tinha respondido que pelo menos deveria de ter condições para receber cinquenta animais, conter uma parte administrativa com funcionários condizentes com aquela realidade porque, presentemente, estavam quatro pessoas. ---------Tinha solicitado ao canil a recolha de determinados animais, concretamente gatos, o que tinha conseguido fazer com a colocação de armadilhas e com o apoio da Associação Miau de Cabanas e o Canil Municipal, que, como tinha podido constatar, os dois funcionários que ali se tinham deslocado com uma carrinha, estavam muito ansiosos pois já há algum tempo que a carrinha estava a perder água constantemente, sobre o que já tinham chamado à atenção da oficina, o que tornava o transporte muito perigoso por poder arder a qualquer momento, sendo que pediam pelo menos uma carrinha para o ----O Deputado Municipal Pedro Soares disse que durante a semana em curso, duas pessoas de diferentes freguesias o tinham abordado no sentido de colocar ali duas questões, ----------Uma dizia respeito a um regueiro que existia entre a Luz de Tavira e Santo Estevão, mesmo na berma da estrada, que colocava em risco a segurança das pessoas que se deslocavam diariamente para a escola, para a cidade, porque estava muito perto da berma da estrada sem qualquer tipo de proteção. ----Relativamente à outra questão estava relacionada com o muro na Baleeira cuja questão curiosamente ele já tinha colocado há algum tempo, sobre o que também o tinham questionado, mas o facto era que o muro continuava no local, estando cada vez maior, quase uma muralha, pelo menos para a senhora que lhe tinha colocado a questão, e que de acordo com a legislação em vigor tal não era permitido mas o dono tinha-o construído numa curva apertada com pouca visibilidade. ----------- A Deputada Municipal Ana Baioa mencionou que na última sessão da Assembleia Municipal tinha estado presente a Munícipe Emília Justo que na parte destinada à intervenção do público tinha dado testemunho da grande preocupação que tinham sobre o estado dos plátanos que existiam no Mato Santo Espirito bem como do estado dos passeios, arruamentos e toda a infraestrutura devido às condutas de gás. Assim, questionava sobre o estado do processo, se já se tinham verificado avanços, porque na altura não havia ainda uma data estabelecida mas o Presidente da Câmara Municipal tinha dito que a primeira fase do projeto, em princípio, iria começar no segundo semestre, que já ia a meio.-------O Deputado Municipal Carlos Marcelino disse que pretendia colocar três questões ao Presidente da Câmara Municipal. Primeiramente, e devido à intervenção que se iria iniciar no cinema, pretendia saber para onde é que a Câmara Municipal iria deslocar todo o espólio do seu interior. ------------------

---- A segunda questão estava relacionada com a Quinta da Pegada. Há cerca de dois meses, no final de julho, tinha estado na Quinta da Pegada onde os bancos não tinham condições para se sentarem. Tinha bancos de ferro e a calçada destruída sobre o que tinha tirado fotografias e falado com os residentes, pelo que gostaria de saber quando iriam proceder ao arranjo dos bancos.--------------------------------Para terminar pretendia falar sobre o jardim público onde eram realizados os eventos onde, no corrente ano, se tinham realizado grandes eventos, o que considerava bom, mas tinha verificado um problema que se referia às casas de banho que, em eventos como os que tinham acontecido a Câmara Municipal não tinha tido a preocupação de colocar casas de banho, pelo que ele próprio e outras pessoas tinham assistido a pessoas a urinar na Rua Amália Rodrigues junto às Finanças. Assim pretendia saber se nos eventos seguintes a realizar no jardim público não seria possível a colocação de pelo menos três ou quatro casas de banho móveis, para salvaguardar, porque durante o dia as pessoas ao passarem ---- O Deputado Municipal Silvino Oliveira dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal referiu que tinham conhecimento, através dos Vereadores da sua formação partidária, que recentemente se tinha verificado um problema de saúde pública que envolvia particularmente Legionella, localizado no Pavilhão Municipal, que tinha sido encerrado bem como as áreas desportivas envolventes.----------A única informação disponível na altura tinha sido de que estava encerrado por tempo indeterminado. Naquela altura a inexistência de informação ou justificação para o encerramento tinha sido preocupante, dando espaço à suposição, à conjetura, temas falados em surdina, pelo que consideravam que tinha existido falta de transparência, havendo um défice de esclarecimento. ----------Assim gostavam de ser esclarecidos quanto aos factos, fundamentos, circunstâncias, riscos, exposição, episódios de contaminação, ou seja, qual tinha sido o conjunto de aspetos que tinham levado ----Posteriormente tinha existido um outro momento em que tinha acontecido a reabertura das instalações, pelo que gostariam de saber quais os factos, fundamentos, circunstâncias e o atual nível de risco que estava, ou podia estar, subjacente à abertura e, por fim, que mecanismos de informação, de segurança e de transparência tinha o Executivo previsto para casos homólogos que se viessem a verificar no futuro. --------- O Deputado Municipal José Liberto dizendo que sabia que o Deputado Municipal Artur Sanina tinha colocado a questão relativa a Santo Estevão ao Presidente da Câmara Municipal mas também a Junta de Freguesia estava a acompanhar os acontecimentos desagradáveis que estavam a ocorrer sendo que no dia anterior tinha estado com as autoridades que o tinham informado da existência de novidades que seriam divulgadas em breve. Como entenderiam não poderia dizer muita coisa, mas a questão dos assaltos devido às alfarrobas que estavam a acontecer em Santo Estevão tinha várias vertentes, sendo que o que mais afetava eram as agressões que se tinham verificado, bem como o facto de os mesmos



estarem relacionados com uma empresa das redondezas que rececionava o material roubado. Não referiria o nome da empresa, que todos conheciam pois era muito popular sobretudo na região do Sotavento e considerava que o "mal deveria de ser cortado pela raiz". ----------Há alguns dias um senhor tinha presenciado o ladrão a roubar o material em sua casa, por volta das quatro da manhã, tendo-o seguido até ao local da empresa onde o portão tinha sido aberto para rececionar a mercadoria, sendo que o proprietário dos bens roubados se tinha dirigido novamente por volta das nove horas da manhã à empresa e dizendo que o que ali estava lhe pertencia, o proprietário da empresa sem criar qualquer obstáculo tinha-lhe pago o devido acrescido de um reembolso para que se mantivesse calado. ---------Pensava que a Assembleia Municipal também tinha poderes para junto de outras entidades conseguir chegar àquele tipo de pessoas que compactuava com os assaltos que não aconteciam apenas no concelho de Tavira. ---------Referindo-se ao ribeiro que ia da Luz de Tavira a Santo Estevão, junto ao depósito da água da Luz de Tavira onde se localizava o armazém da Junta de Freguesia, como na estrada que ia do "Perna Arrasta" para o depósito da água, considerava que eram dois locais perigosíssimos, que em caso de acidente um veículo poderia mesmo capotar, mas já estava identificado, já se tinham ali deslocado, pelo que pensava que dentro dos tempos seguintes o problema seria resolvido.--------O Deputado Municipal Jorge Corvo dizendo que já tinha levado pessoalmente o assunto a reunião de Câmara e que posteriormente os Vereadores da oposição também o tinham feito, o que continuava a acontecer presentemente era uma questão de ilegalidade relacionada com o estacionamento tarifado. -----O Regulamento do estacionamento tarifado dizia o que passava textualmente a ler para que não subsistissem dúvidas: " Decorrido o período de tempo pago pelo utente para estacionamento do veículo em sona de estacionamento tarifado, deverá o mesmo:---------Proceder a novo pagamento respeitando o limite máximo de permanência aplicável ou retirar o veículo do espaço ocupado.---------A verificar-se a manutenção do veículo numa zona de estacionamento tarifado por tempo superior ao período de tempo previamente pago é devido o pagamento do valor correspondente à taxa máxima diária prevista, deduzido o valor já pago, que conste do título emitido." ----------O que estava a acontecer era que nada daquilo estava a ser aplicado, sendo que a empresa estava a emitir talões no valor total do dia sem deduzir o valor já pago que, à luz do Regulamento era uma ilegalidade, que ele próprio naquele mesmo dia tinha comprovado que estava a acontecer, pelo que pretendia ali dar deixar uma nota de urgência em sanar aquela ilegalidade.----------O Presidente da Câmara Municipal agradecendo as questões colocadas informou que relativamente às questões do Deputado Artur Sanina, nomeadamente os assaltos, tinha conhecimento do que tinha acontecido mas não era órgão da polícia criminal pelo que apenas acompanhava. Sabia que os assaltos



tinham acontecido em propriedades onde invadiam as casas na zona de Estiramantens, o que considerava muito mau. A Polícia Judiciária (PJ) tinha estado no terreno e sabia-se quem eram os assaltantes, todavia não era polícia, que os gostava de ver presos, pois era o mínimo que podia acontecer a quem andava no meio da noite a violentar os bens dos outros que já tinham uma certa idade e que apanhavam grandes sustos. Tinha visto várias fotografias de casas com tudo no chão e gavetas despejadas, o que era muito mau. Assim, esperava que a investigação corresse bem e que fossem todos presos como mereciam.---------Quanto ao assoreamento estava identificado pela Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) desde o dia a seguir à tempestade Félix em que tinham estado todos na barra e constatado que o desassoreamento era urgente. Era evidente que as marés vivas era o pior que podia acontecer naquela situação. Estavam a falar de um investimento de cerca de duzentos mil euros para o que agradecia que tanto o Grupo Parlamentar do BE como outros na Assembleia da República levantassem questões sobre aquela matéria porque estavam a falar de um investimento do Estado para o que a Câmara Municipal mesmo que quisesse não tinha competência, não dispunha de uma draga. Assim, o que sabia era que o trabalho estava encomendado, estava identificado pelos órgãos competentes, pelo que estava a aguardar que viessem dragar como já o tinham feito noutras vezes, que esperava que não acontecesse nenhuma desgraça, porque na semana anterior também tinham tido uma reunião com os pescadores, não sendo apenas o Deputado Municipal Artur Sanina quem tinha reuniões com os pescadores, a Câmara Municipal também tinha reuniões com a Associação, Docapesca e Sociedade Polis em que aquela situação tinha sido identificada e partilhada por todos. --------------No que se referia ao canil de Tavira, este continuava a ser prioridade estando a intervenção em fase de projeto e brevemente teriam a Provedora dos Animais conforme o regulamento que seria apresentado em Reunião de Câmara para colocarem aquela questão no centro. Não pretendiam fugir a qualquer avaliação, a qualquer questão e sabiam a necessidade e valores que necessitavam até porque não podiam ter apenas a instalação do canil da cidade, que não era suficiente, sendo este apenas a porta de entrada para um conjunto de boxes e tratamento por uma questão de proximidade mas necessitavam de ter outra estrutura, para o que estavam a trabalhar, para verem se chegavam a acordo com algumas entidades de modo a conseguirem ter uma resposta adequada no concelho de Tavira. Relativamente àquela questão não tinha mais novidades, encontrando-se em projeto para lançar concurso que gostaria que ainda acontecesse no corrente ano, mas veriam o que iria acontecer.---------Relativamente às questões levantadas pelo Deputado Municipal Pedro Soares, o que tinha questionado era a ligação da estrada da Nossa Senhora da Luz, a que ia até à Escola de Santo Estevão, em que era referido que junto aos armazéns do Barafusta, as bermas eram baixas. O que podia dizer era que tinha estado sempre assim sendo certo que era algo perigoso, pelo que poderiam avaliar e colocar umas baias na extensão. Tinham pavimentado a estrada conforme se encontrava sendo que



Kuy.

desconhecia se a pessoa que se tinha queixado tinha ido para ali morar recentemente, mas tinha estado sempre assim o que não queria dizer que por esse facto estivesse bem, o que também não considerava, pelo que iria sinalizar a questão para um projeto de intervenção ao longo da via porque reconhecia a situação, que fazia sentido.---------No que se referia ao muro em frente ao restaurante da Baleeira, desconhecia, não tendo a questão registada. Tratando-se de um muro alto, seguramente superior a um metro e meio, era uma questão urbanística conforme estabelecido na Lei.---------Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Ana Baioa referente aos plátanos, tinham encomendado o serviço de reabilitação do Mato Santo Espirito, da Pegada, à equipa de projetos, pelo que esperava que nos próximos cortes dos plátanos já se notasse algum efeito porque seguramente que iria ser ali efetuada uma intervenção agressiva de modo a eliminar o problema e, posteriormente, uma intervenção urbanística já solicitada à Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais (DPEOM) para reparar os pisos, tirar os troncos e substituir por árvores diferentes numa reabilitação urbana cujo projeto não poderiam esperar porque o que os munícipes se queixavam era das flores que se soltavam das árvores e andavam no ar, que percebia, pelo que tal já estava identificado pela TaviraVerde -Empresa Municipal de Ambiente, E.M., e seguramente iria acontecer, pelo menos era o que esperava.-------Quanto às questões colocadas pelo Deputado Municipal Carlos Marcelino, o que iriam fazer com o espólio do cinema, nada seria deitado ao lixo porque tinha valor, pelo que seria guardado pelos serviços da Câmara Municipal cuja finalidade ainda desconheciam, se iriam fazer ou não um museu, mas seguramente que tinham valor, que faziam parte do espólio da cidade pelo que iriam ser guardadas ----Em relação aos bancos da Quinta da Pegada, numa das últimas reuniões em que o problema tinha sido colocado, tinha solicitado ao Vereador José Manuel Guerreiro que verificasse a situação de modo a que os bancos da Quinta da Pegada fossem reparados, que até sabia que eram os bancos da parte alta, que ele próprio tinha ido ver e fotografado. Dado que o Deputado Municipal tinha ali estado em julho, diria que o problema já se encontrava resolvido, no entanto iria solicitar ao Vereador que confirmasse porque ele, como sabiam, morava ali e já tinha identificado o assunto.---------Falando nas casas de banho do jardim público durante as festas informou que sempre tinham sido colocadas casas de banho móveis, todavia não podiam ter uma em cada canto. Citando a Feira da Dieta Mediterrânica como exemplo, tinham colocado casas de banho móveis em vários pontos nomeadamente junto à Caixa Agrícola, contudo poderiam ser insuficientes, mas tinham que pensar muito bem onde eram colocadas porque se tratavam de festas no centro da cidade e partia-se do princípio que existiam cafés, o Mercado da Ribeira, uma ilha de casas de banho colocadas junto ao Riverside e outras espalhadas pelo centro histórico. Confessava que nunca lhe tinha cheirado mal, mas respeitava o que o Deputado Municipal Carlos Marcelino tinha dito, apenas podendo referir que

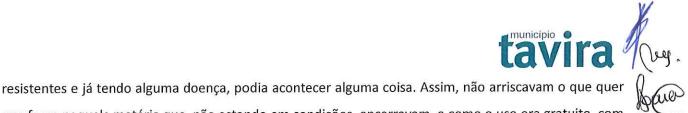
tavira

dimensionariam a questão em função dos acontecimentos. Presentemente já não existia aquele problema na medida em que as próximas casas de banho móveis seriam colocadas apenas na Passagem de Ano, altura em que estava mais frio, não tendo por isso um impacto tão grande na medida em que o mau cheiro era potenciado pelas temperaturas de verão com valores superiores a vinte e cinco graus. As casas de banho existiam podendo contudo não serem tantas quanto as necessárias. Dando ainda outro exemplo, tinham colocado algumas no Jardim da Alagoa e o cheiro era nauseabundo muito devido às ----Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Silvino sobre a questão do pavilhão e piscinas municipais, de acordo com a legislação, a Câmara Municipal tinha a obrigação de proceder a análises regulares da qualidade da água e do ar, que todas elas eram acompanhadas pelo Delegado de Saúde, Carlos André Gomes, que era o único com poder para encerrar ou abrir as instalações face aos resultados das mesmas. Sendo o Delegado de Saúde a autoridade de saúde do Município, e verificandose algum problema no resultado das análises ele, pura e simplesmente, sem qualquer problema, ----No dia anterior, vinte e sete de setembro, pelas dezasseis horas e trinta e dois minutos, o Delegado de Saúde de Tavira tinha remetido um correio eletrónico dirigido a Francisco Carvalho, Chefe de Divisão, cujo teor passava a ler: "Dados os resultados das últimas análises efetuadas às águas do Pavilhão Desportivo, considera-se que não existe risco para os seus utilizadores neste âmbito, pelo que poderá ser aberto à população. Relembro a necessidade da implementação do Programa de Controlo da Legionella. Grato pela atenção. Os melhores cumprimentos. Carlos André de Sousa Gomes", o que também já tinha acontecido relativamente às piscinas. ----------Por altura de julho, final do ano, era normal as instalações do pavilhão como das piscinas encerrarem. Quando tinham reiniciado o programa pelo facto de em agosto não existir atividade que o justificasse, a primeira coisa que faziam era colocar o sistema a funcionar, a água quente, e efetuar as análises que tanto do pavilhão como da piscina tinham acusado características bacterianas, pelo que se tomassem duche poderiam apanhar Legionella, mas tal não tinha acontecido porque ninguém tinha tomado duche uma vez que as instalações estavam encerradas, estando a água encerrada tanto nas piscinas como no pavilhão. No que se referia às piscinas a questão tinha sido resolvida com alguma celeridade tendo estas reaberto há cerca de uma semana, sendo que o pavilhão tinha levado mais algum tempo devido a ter ali sido colocado, no corrente ano, um sistema de água quente novo que tinha desregulado por completo uma vez que sendo este muito superior ao existente, a formação não tinha sido a mais adequada e o sistema tinha estado fechado bastante tempo e existindo pontas de água quente estas não chegavam ao local para efetuar o tratamento de choque do reinicio do sistema e, por outro lado, para que tivessem uma ideia do nível de descontrolo, tinha chegado a existir água quente 

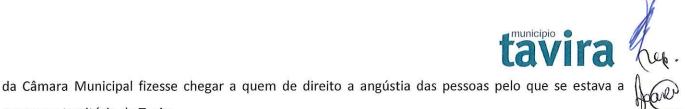




----O que pretendia garantir era que enquanto não existissem boas análises, ou seja, enquanto os parâmetros bacteriológicos não fossem os certos, nenhuma instalação abriria, pois se as análises regulares indiciassem o mínimo de perigo para qualquer situação, pura e simplesmente a instalação fechava, já que não corriam riscos a menos que fossem apanhados desprevenidos entre uma situação ou outra que pudesse acontecer, mas tinham tido as máximas cautelas durante todos os anos anteriores porque tinham um equipamento envelhecido.---------Desconhecia de onde era a empresa Guadiclima - Instalação de Ar Condicionado, Lda. mas, juntamente com o instalador do sistema novo de água quente, tinham sido quem tinha auxiliado na reposição dos níveis do equipamento para os anteriores ao sistema estar desregulado, tendo o Delegado de Saúde validado a reabertura do pavilhão. ---------Queria dizer que ele soubesse, ninguém tinha estado exposto ao que quer que fosse, tinham recebido as análises negativas para potenciais focos de bactérias, e uma das possibilidades poderia ser a exposição a vapores de água quente que podiam ser Legionella mas a atividade tinha estado sempre encerrada porque assim que tinham obtido os resultados, tinham encerrado. De acordo com a informação que dispunha e que dava como boa, não existiam indícios que alguém tivesse estado exposto, nem menores, nem maiores. Todavia que o problema tinha existido, era verdadeiro, sendo por aquela razão que as instalações tinham estado encerradas.---------O procedimento que adotavam era aquele não havendo lugar a concessões com base na necessidade de haver muitas pessoas a tomar banho ou não poderem encerrar a atividade desportivas, porque se as análises não fossem boas, era encerrado de imediato. Era o que pretendia garantir, sendo também aquela a razão por que no ano anterior tinha existido um período em que os banhos tinham acontecido na Escola D. Manuel I, ou as pessoas iam tomar banho a casa, porque o procedimento era aquele, não arriscar nada, o que também acontecia relativamente às piscinas que por vezes encerravam e para o que, como sabiam, iam lançar concurso para substituir todo o sistema de água quente e frio cujo valor da intervenção rondaria o milhão e meio de euros porque o sistema atual já tinha, se não estava enganado, quase quinze anos e necessitava de ser substituído.---------Não tinha visto necessidade em fazer um esclarecimento público naquele pressuposto porque era verificável o que tinha acontecido não criando assim mais confusão para o processo porque, de facto, não tinha existido exposição. Tinham havido duas pessoas que lhe tinham enviado um correio eletrónico sendo que tinha dado a respostas públicas pela comunicação social, que o tinham questionado mais ou menos do mesmo modo que o Deputado Municipal Silvino Oliveira, sendo que o que tinha acontecido tinha sido o que tinha acabado de explicar, não existindo qualquer risco. Não tinha saído no Correio da Manhã que lhe tinha telefonado pelo menos três vezes, a quem tinha dito o mesmo, sendo que se não considerassem que tinha acontecido daquele modo seria à revelia da sua opinião pois não podiam existir riscos nem para as crianças, nem para os seniores, sobretudo os últimos por serem menos

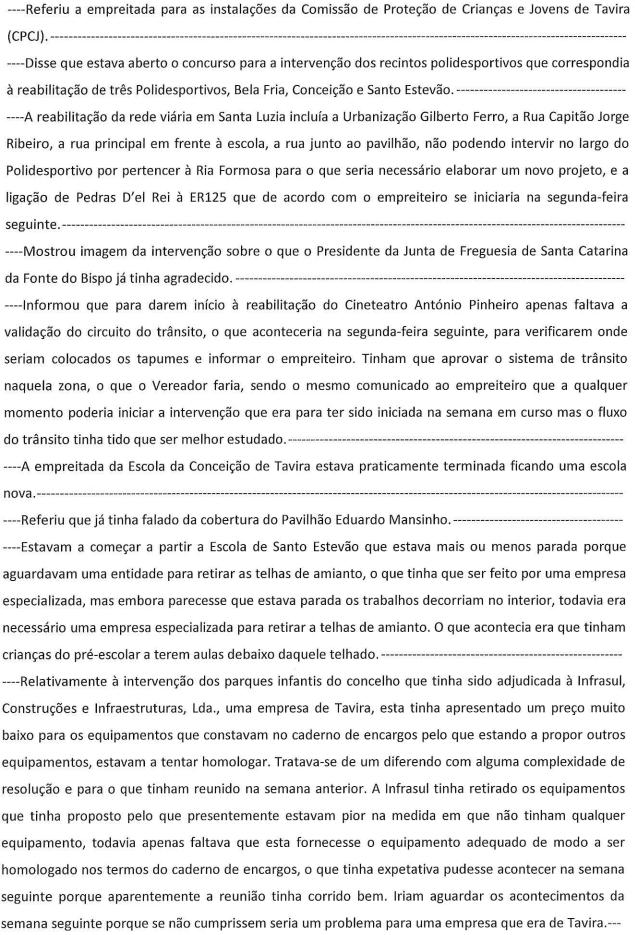


que fosse naquela matéria que, não estando em condições, encerravam, e como o uso era gratuito, com maior propriedade o dizia, porque existiam instalações desportivas em que existia um compromisso por as pessoas pagarem uma diária, uma entrada, uma taxa para frequentarem. Existiam muitas soluções de gestão de equipamentos municipais onde os utentes pagavam, o que não acontecia em Tavira, que era totalmente gratuito, pelo que, não estando em condições, era imediatamente encerrado. ----------Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Jorge Corvo, ainda naquele mesmo dia a Ana Luísa Pacheco tinha remetido mais uma notificação à empresa. Estavam aborrecidos com a questão e reconheciam como correto o que o Deputado Municipal tinha dito, que o procedimento da empresa era absolutamente ilegal, sendo que o assunto teria que avançar num esquema algo mais musculado. Naquele mesmo dia tinham remetido outra comunicação cujo excerto passava a ler: "...deverá ser dado cumprimento ao referido no artigo 32.º α)..." que referia a questão da cobrança, que reconheciam como verdadeira quando o Deputado Municipal tinha falado em reunião de Câmara, que tinham verificado, tendo havido uma reunião com a empresa em que tinham alertado para que se continuassem com o mesmo procedimento existia a possibilidade de penalização no contrato. Considerava lamentável que não cumprissem o que estava escrito. ----------O Deputado Municipal Carlos Sousa disse que pretendia felicitar o Presidente da Câmara Municipal e os seus Vereadores pela intervenção realizada nos últimos meses em Santa Catarina da Fonte do Bispo que estavam praticamente concluída tendo dado uma nova imagem à Freguesia. Quem passava pela estrada por vezes não se apercebia que estava ao lado da Aldeia, quem passasse por ali futuramente veria a beleza que a intervenção tinha dado a Santa Catarina da Fonte do Bispo pela iluminação, os passeios e a sinalização tendo ficado tudo ordenado relativamente ao que estava, pelo que reiterava os agradecimentos ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal pelo investimento ali realizado. ----------O Presidente da Assembleia Municipal referiu que terminado o período antes da ordem do dia, passava a palavra ao público de quem tinha apenas uma inscrição, de Maria do Rosário Afonso. ----------- A Munícipe Maria do Rosário mencionou que a primeira situação que pretendia expor estava relacionada com a onda de assaltos que estava a ocorrer em Santo Estevão sendo que uma das senhoras visadas, Rosário Mendonça de Estiramantens, lhe tinha solicitado, um pouco antes de para ali se dirigir, que falasse exatamente em nome dela. Referia ali novamente o que estava a acontecer na Freguesia porque sabia de várias pessoas que tinham sido assaltadas e maltratadas, inclusive fisicamente, e num dos assaltos que tinham ocorrido na semana anterior, em que tinham telefonado para a GNR, a resposta que tinham obtido tinha sido de que apenas existiam dois piquetes de serviço e que estavam no exterior, tendo sugerido que tentassem obter ajuda junto dos vizinhos e família, pelo que as pessoas se tinham visto completamente sós, sem qualquer apoio. Assim, pensava que seria bom que o Presidente



passar no território de Tavira.---------A segunda questão prendia-se com uma moção que tinha apresentado há cerca de dois anos e que estava relacionada com a requalificação dos poços públicos de Santo Estevão. Tinha efetuado uma recolha do historial de cada um daqueles poços públicos que grande parte deles reportavam ao século XIX e onde era pedido, como certamente o Presidente da Câmara Municipal se recordava, que fosse colocado em cada um dos poços, numa lápide, uma pedra, ou outro, com a informação desde a data em que tinham sido abertos pelas respetivas juntas da paróquia da altura, as datas em que tinham sido afundados perante as secas extremas que se tinham verificado e a data em que tinham sido tapados, o que não tinha sido efetuado. Tinha apresentado ali aquela moção enquanto era Deputada Municipal, que, na altura, tinha sido aprovada por unanimidade, pelo que pretendia saber porque o projeto não tinha avançado pois parecia-lhe que, de algum modo, iria embelezar a Freguesia, a terra que era como se fosse a casa deles e que gostavam de ver bem tratada, bem cuidada. -------------------O Presidente da Câmara Municipal agradeceu o facto da Munícipe Maria do Rosário estar ali até tão tarde e referindo-se à questão da segurança disse que não tinha mais nada a dizer, o que já tinha feito, estava feito, acompanhava, lamentava, mas não podia dizer mais nada sobre o assunto que estava em investigação policial.---------Quanto à questão dos poços públicos confessava que já não se recordava mas a Munícipe podia estar certa de que iria recuperar o documento para ver o que era possível fazer em termos de informação até porque considerava uma boa ideia em termos turísticos, sendo possível que pedissem a sua colaboração e do Presidente da Junta de Freguesia para minimamente identificarem o que estavam a falar.-----------O Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam iniciar a ordem do dia com o ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. ----------Referiu o Dia da Cidade, o repositório do que tinha acontecido no verão, a Feira da Dieta Mediterrânica, a Feira da Juventude e a Moda Tavira. ----------Mencionou a exposição "Mulheres modernas na obra de José de Almada Negreiros" que terminaria no dia catorze seguinte e que considerava que valia a pena ver. ----------Mostrou um conjunto de iniciativas como feiras, festas, festividades, arraiais, outros eventos e o Festival de Marionetas que estava a terminar. -----------Passando ao tema de obras e urbanismo mencionou a ponte sobre o rio Gilão cujo último dia de concurso tinha sido no dia vinte e seis anterior, estando no momento as propostas em apreciação. ------







----Quanto à intervenção do Edifício do Compromisso Marítimo tinha término para o final do mês de novembro pois o prazo de execução tinha sido prolongado. ---------Como sabiam, tinham acionado a garantia bancária da intervenção dos arranjos exteriores da Rua do Poco Vaz Varela, do outro lado da cidade, junto às Piscinas Municipais. Estavam a falar do Condomínio de Santa Maria relativamente ao que também tinham tido um problema, mas o tratamento dos verdes daquela rua constava num dos pontos da ordem do dia em que a TaviraVerde iria rececionar verdes para poderem tratar.------para poderem tratar.----------A intervenção do Mercado da Ribeira tinha sido adjudicada à Norasil, Sociedade de Construção Civil, S.A. que devia de ter sido iniciada na segunda-feira a seguir à Semana da Juventude mas que estava no momento a começar bem, pelo que dentro de dias iriam começar a colocar os tapumes dentro do Marcado da Ribeira. Aquela era a primeira fase da intervenção em que iriam reabilitar as casas de banho todas, fazer novas casas de banho dentro do edifício, que seria picado e reabilitado. Posteriormente haveria uma segunda intervenção, outra empreitada que estava a ser estudada pelos projetos com a perspetiva de retirar os plásticos que estavam estragados, ressequidos, e tentar colocar uma pequena cúpula para que o Mercado da Ribeira pudesse ser climatizado, ou pelo menos que não tivesse o impacto da chuva a entrar na zona aberta, mas que tratando-se de uma obra de arquitetura estava a ser analisada.---------Continuavam a colocar placas de toponímia. ---------As reparações nos edifícios de habitação social mantinham-se. ----------Apesar de não constar na apresentação gostava de informar que na frente ribeirinha, a partir do mês de outubro, iriam acontecer duas intervenções importantes. O edifício da lota iria ser demolido e reconstruido um novo edifício, cuja empreitada era da responsabilidade da própria Docapesca, que teria a mesma volumetria mas seria um edifício mais moderno até porque o atual tinha amianto, que teria que ser retirado, razão porque tinham considerado que seria melhor demolir e construir um novo. ---------Simultaneamente também iria ser efetuada a dragagem do rio entre a zona do edifício da lota e o cais, sendo a dragagem do rio a menos de dois metros do hidrográfico, até ao cais de abastecimento de combustíveis. Toda aquela zona seria dragada dando assim uma maior margem de manobra pelo que esperavam que em maio aparecessem as estruturas náuticas cujo projeto estava a ser terminado, estando previstas quatro ou cinco estruturas náuticas relacionadas com as marítimo turísticas, o cais de ----O cais da Ilha de Tavira também já tinha sido consignado já tendo o visto do Tribunal de Contas pelo que a intervenção estaria para se iniciar nos primeiros dias do mês de outubro. Tinham reunido na semana anterior com a Sociedade Polis e Docapesca para verificarem quais as medidas para o acesso à ilha uma vez que o cais iria ser completamente demolido, pois não estava em condições. A entrada das



pessoas e a acostagem dos barcos iria passar a ser efetuada pelo cais do lixo onde teriam que ser colocadas umas plataformas para garantir uma boa acessibilidade, que tinha alguma complexidade.---------Por outro lado, tinham conseguido o lançamento do concurso para a dragagem do porto de abrigo de Santa Luzia no qual também tinham tido um problema porque tinha sido dito que era necessário um estudo de impacto ambiental o que se tinha vindo a verificar como não necessário de acordo com o parecer emitido por Paulo Silva, que todos conheciam, que era de Tavira, em que tinha validado não ser necessário qualquer estudo de impacto ambiental. A Docapesca também já tinha lançado o concurso para a dragagem do porto de Santa Luzia que seguramente iria receber alguns barcos de Tavira enquanto a empreitada da lota estivesse a decorrer que, de acordo com a informação que tinha, presentemente já não saiam de Tavira. ----------Quanto à dragagem da barra não tinha novidades sendo que a mesma já estava pedida e cuja ----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente ao edifício da lota, pelo projeto que tinha sido apresentado, esta ficaria no mesmo local na perspetiva de ser um edifício com alguma história e de manter ali até um museu interativo relacionado com as artes da pesca. No novo cenário em que o edifício seria demolido ainda faria mais sentido removê-lo daquele local, pois considerava que a localização atual não servia ninguém, nem aos comerciantes porque era de acesso difícil, nem aos pescadores porque não conseguiam vender o seu pescado senão existissem compradores, nem à cidade cujo edifício existente ou eventualmente uma lota a funcionar não se coadunava com as alterações que a cidade tinha vindo a sofrer. Voltava à questão por forma a tentar sensibilizar quer o Executivo, quer a Assembleia Municipal, para a alteração da localização do edifício e assim promoverem tanto a cidade, como os pescadores com uma melhor localização, um melhor aproveitamento e uma melhor economia ----O Deputado Municipal José Graça disse que apenas pretendia complementar a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, realçando o papel importante que a Freguesia de Tavira, presidida por José Mateus, tinha vindo a desenvolver na questão da limpeza da ER125, bem como alguns cidadãos do concelho que ao longo dos últimos meses, substituindo-se à empresa concessionária que, finalmente, tinha resolvido abandonar a concessão deixando a intervenção na estrada para as Infraestruturas de Portugal (IP).---------Queria complementar a intervenção do Presidente da Câmara Municipal também com a informação que tinha recebido antes de chegar àquela Assembleia Municipal, que a empreitada da ponte do Almargem, que também fazia parte do pacote das urgências que recentemente tinham sido aprovadas, iria ser consignada na segunda-feira seguinte, pelo que seria de supor que nos dias seguintes o trânsito estivesse condicionado naquela zona, que era um mal necessário, mas que esperavam que por razões de segurança a intervenção pudesse ser concluída rapidamente.-----



----O Presidente da Câmara Municipal disse que quanto ao edifício da lota, a Docapesca tinha entendido executar a empreitada naquele local enquanto o porto de pesca ali estivesse, que tinha que ter uma lota, sendo que eram eles mesmo que iriam investir quatrocentos mil euros e que consideravam viável, pelo que não lhe cabia a si dizer que não. Quando viesse a existir uma lota única, deixassem aquele local e a Câmara Municipal ficasse com o edifício, alguém seguramente ou o demoliria ou o reabilitaria, sendo que nessa circunstância poderia ser ali feito um museu interativo. Ele era dos que pensava que Tavira era uma cidade com referência histórica e que o cais era importante, pelo que certamente existiriam outras localizações para os barcos, mais à frente, mas presentemente não estavam a trabalhar noutros processos pelo que esperava que fosse algo equilibrado. Assim, registava a opinião do Deputado Municipal Jorge Corvo mas não seria o que iria acontecer porque embora não soubesse se seria demolido na totalidade, seria reabilitado e a lota ali continuaria. ----------O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que apenas pretendia precisar que relativamente aos barcos a localização não estava em causa, mas a localização da lota que podia perfeitamente servir os barcos mesmo estando eles no mesmo local. Pensava que o entendimento entre o Município e a Docapesca seria extremamente fácil, e que até poderia existir um edifício que servisse posteriormente o desenvolvimento do concelho naquele sentido, pois considerava que era a única oportunidade que teriam para tentarem solucionar aquela questão visto que depois do edifício estar concluído se passariam muitos anos até que voltassem a tocar no assunto. ---------O Presidente da Câmara Municipal referiu que a Docapesca era uma empresa do setor empresarial do Estado, tutelada pelo Ministério do Mar, que vivia dos rendimentos que tinha em função do valor da pesca e tinha resolvido construir ali o edifício. Podia fazê-lo ou investir fortemente na lota de Santa Luzia e transformar de modo a que não servisse apenas para o polvo, mas tinham decidido reabilitá-lo. -----------Considerava que quem fosse presidente quando existissem outro tipo de soluções, que esperava que acontecesse, decidiria qual o destino a dar ao edifício. O que tinham que fazer era trabalhar para o futuro mas também com as questões do presente, não existindo uma solução perene em função de uma lota única porque as condições ainda não estavam a ser criadas, apenas trabalhadas, sendo que no presente teriam que encontrar soluções. Sabiam que a lota atual pura e simplesmente tinha que ser encerrada porque não tinha condições ao nível do Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP) não sendo possível ali trabalhar, tendo que solucionar, o que ele tinha feito tinha sido dizer simplesmente que a Docapesca tinha que dar soluções aos pescadores da Comunidade de Tavira porque

não estavam para ir vender o pescado a Olhão uma vez que a lota de Santa Luzia estava vocacionada para o polvo. Todavia no atual período de transição os pescadores iriam descarregar o peixe todo a

Santa Luzia que rapidamente era pesado e transportado numa carrinha para ser vendido em Olhão, sendo que pretendiam que fosse a Câmara Municipal a liquidar as despesas do veículo, o que não



Cey.

aconteceria pagando a Docapesca para valorizar o pescado enquanto a empreitada de Tavira não estivesse concluída.-----

----Percebia as circunstâncias, todavia considerava que defender as pessoas também era defender investimento para Tavira. Se a Docapesca depois arranjasse uma solução de uma lota única à entrada da barra, por exemplo, onde estava localizado o Instituto Português das Pescas, Investigação e do Mar (IPIMAR), ou em qualquer outra zona, que considerava bem, quem estivesse no exercício do poder autárquico seguramente tomaria posse do edifício, o que era bom, e decidiria o que fazer com ele. Considerava que seria espetacular se fosse o museu interativo até porque na intervenção realizada à Câmara Municipal tinham sido deixados dois carris no passadiço que serviam para uma determinada estrutura de descarregamento de atuns, do que ele já tinha visto fotografias. Os carris podiam ter sido retirados e o passadiço prolongado mas tinha considerado que as memórias históricas deveriam de permanecer porque ainda muita história existia para contar, que pensava ser importante, e que seguramente ali levaria muitos turistas.---------Depois de estabilizada, a cidade de Tavira e as suas comunidades continham um setor cultural de circuitos com história, cujo potencial de crescimento nas várias vertentes era enorme, porque não tinham estado apenas os Islâmicos ou os Fenícios, existindo toda uma arte de pesca que merecia alguma atenção, obviamente se houvesse disponibilidade para investir nela. ----------O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois da ordem do dia referente à apreciação da relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta nº 187/2017/CM. -----------------------------O Presidente da Câmara Municipal explicou que o mesmo se referia à abertura de um concurso para a reabilitação do que o antigo Deputado Municipal João Carvalho, naquela Assembleia Municipal, se referia como parecendo a Síria. Assim tinham lançado concurso para a reabilitação das Fontinhas e do edifício do Mealha, sendo aquela a repartição de encargos para a empreitada que se iniciaria em 2019. -----O Presidente da Assembleia Municipal disse que o ponto número três da ordem do dia se referia à apreciação do Relatório de Gestão - 1.º Semestre de 2018 do Município de Tavira. ----------O Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele era o relatório do primeiro semestre com as contas definidas mas provisórias relativamente a um ano. --------- A situação da Câmara Municipal estava absolutamente equilibrada sendo que tinham verificado uma boa execução por parte da receita e, em termos percentuais, uma execução baixa por parte da despesa. A receita tinha vindo a aumentar muito por conta dos valores do Imposto Municipal a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT) ao invés do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativamente ao qual tinham reduzido novamente a taxa, que se tinha mantido estável, com uma variação positiva muitíssimo ligeira, porém o IMT tinha dado um bom contributo. ------





----Tinham aumentado as despesas com o pessoal em um, vírgula setenta e oito por cento devido aos pontos, às requalificações, a algumas admissões em função do resultado do concurso, mais uma Vereadora e as horas extraordinárias que tinham deixado de sofrer reduções passando a ser liquidadas por inteiro, que tinham algum efeito naquela pequena conta cujo valor global era de cerca de setenta e cinco mil euros, ---------A divida da Câmara Municipal tinha vindo a diminuir, sendo que a que constava no relatório era de cerca de nove milhões, seiscentos e noventa e sete mil euros, cuja grande parte era referente a empréstimos bancários porque não tinham dívidas de curto prazo superiores a noventa dias, estando a efetuar os pagamentos entre dez e doze dias dependendo da apresentação das certidões por parte dos credores, e cujo ritmo considerava que deveriam de manter,----------Acrescentou que o segundo semestre também seguia a mesma linha e que seguramente a percentagem de despesa de capital iria aumentar porque iria contabilizar a despesa de cerca de oitocentos mil euros referente à requalificação da EN 270, e obviamente de outros projetos cujas empreitadas se iniciariam, pelo que considerava que no final do ano também teriam um bom resultado. ----Para terminar disse que no primeiro semestre não se tinha verificado qualquer descontrolo, que iam continuando a executar com planeamento e rigor acérrimo na despesa, sendo que todos os eventos do verão, da feira, já estavam liquidados, que já pertenciam ao segundo semestre mas que também era importante que tivessem conhecimento pelo que tudo estava dentro dos parâmetros do orçamento que tinham aprovado porque também exista respeito pelas rúbricas, relativamente às quais tinham efetuado algumas alterações orçamentais, o que era perfeitamente normal, para acerto de rúbricas, mas tinham tido o cuidado para que estas fossem as orçamentadas e não haver grandes desvios às Grande Opções do Plano (GOP), ou seja, que a Feira da Dieta Mediterrânica ou outra, que os clubes tivessem um orçamento adequado em função do que tinha sido aprovado, sendo aquela mais ou menos a linha que tinham vindo a seguir desde que tinham chegado à Câmara Municipal. ----------O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que apenas pretendia deixar uma nota em linha com o que tinha sido referido. De facto a despesa que baixava era a que tinha a ver com o investimento que se de acordo com o relatório apresentado no início daquela sessão eram apontados os defeitos e criticas aos investimentos do Governo, também perante aquele relatório tinham que fazer a mesma crítica porque do que estava previsto em orçamento para investimento no concelho, existia um desvio de setenta e cinco por cento do previsto em termos de investimento, não de despesa corrente ou salários que seguiam o circuito normal, sendo que aquele desvio de setenta e cinco por cento dava nota de um ----Terminou dizendo que o desculpassem mas era o que os números espelhavam.--------------------------------------O Presidente da Câmara Municipal disse que sem entrar em dialogo, os números eram os números mas o que pretendia dizer era que existia uma planificação para quatro anos de mandato, ou seja,



quando tinham elaborado o orçamento tinham colocado o que pretendiam realizar no corrente ano, cuja linha estavam a seguir, pelo que quando chegassem a trinta e um de dezembro verificariam o que tinham conseguido cumprir, porém havia algo que não tinham feito, acelerar o calendário porque tinham um ciclo politico de quatro anos em que tinham um programa para cumprir ou, tecnicamente tentarem cumprir dentro do ciclo politico dos quatro anos. O que continuavam a fazer, apesar de disporem de verba no banco, era utilizar plenamente os recursos da Câmara Municipal nomeadamente na área das engenharias, o que considerava importante porque poupavam alguma verba em arquitetura, pelo que apenas contratavam o que não possuíam. ----------De facto dentro daquele círculo podiam dizer que o arranque do mandato atual tinha sido muito suave, mas podia garantir que já tinha acelerado bastante, como verificariam nas contas do segundo semestre, pelo que veriam o que aconteceria até ao final do ano.--------- O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que o tempo la passando e parecia que não pretendiam gastar, mas os orçamentos eram mensualizados e, o que os números refletiam era que existia um desvio de setenta e cinco por cento o que era mau para o investimento em Tavira. Podiam existir outras justificações mas, de facto o que existia era um desvio de setenta e cinco por cento, o que não devia de acontecer uma vez que tinham sido quem tinha elaborado o orçamento, mensualizados para ser gasto daquele modo, que não sendo, algo estava errado, e não seria ao longo do mandato porque havia existiram outros orçamentos.---------Continuou dizendo que o que os números espelhavam naquele momento era a existência de um desvio grande de setenta e cinco por cento e quando criticavam o Governo que não investiam no concelho, que atrasava os seus investimentos, tinham que aceitar as críticas para o orçamento municipal que, de facto, era aquele. ----------O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 191/2018/CM, referente à adesão do Município de Tavira à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais.---------O Presidente da Câmara Municipal referiu que estavam a aderir à ANAM da qual o Presidente da Assembleia Municipal também fazia parte pelo que era o procedimento para poderem aderir. Tratava-se de uma questão que tinha que ser presente a Tribunal de Contas pelo que era conveniente que as regras fossem todas cumpridas, razão porque era apresentada várias vezes nos mesmos órgãos.--------- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 191/2018/CM, referente à referente à adesão do Município de Tavira à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais a votação tendo a mesma sido aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Hugo Gomes, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José



Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Ricardina Jesus, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e um voto contra do Deputado Municipal ----Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 202/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Tavira – reparação do trator.--------O Presidente da Câmara Municipal informou que a Freguesia de Tavira tinha efetuado um pedido à Câmara Municipal porque tinham tido uma dificuldade que estava devidamente explicada. Tinham efetuado um investimento e posteriormente tido uma avaria grave num equipamento que era absolutamente necessário para a execução do contrato interadministrativo, ou seja, o contrato de delegação de competências pelo que tinham considerado pertinente o pedido que a Freguesia estava a efetuar, verificada a dificuldade, uma vez que tinham efetuado ou iriam efetuar uma aquisição e tinham uma reparação. Não podiam ter os equipamentos parados porque eram importantes para o desenvolvimento do concelho e tinham considerado por bem comunicar à Junta de Freguesia que iriam elaborar uma proposta para que a Assembleia Municipal deliberasse de modo a que o trabalho não ----Tinham tido aquele contratempo sendo que consideravam que a satisfação daquele pedido era bom para os fregueses porque se tratava de trabalho que era efetuado e que iria continuar. ----------O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente àquele ponto pretendiam deixar em declaração que por uma questão formal que já vinha da reunião de Câmara, pois sabiam que a Freguesia de Tavira utilizava aqueles meios não apenas para a freguesia mas também para outras sendo portanto aquela comparticipação justa, iriam votar contra.----------O Deputado Municipal José Mateus disse que já estava habituado a que a oposição, o PSD, votasse contra todos os apoios à Freguesia de Tavira, que demonstravam estar com medo, o que lamentava que acontecesse, porque o mesmo já tinha acontecido quando do apoio que a Câmara Municipal tinha dado ao projeto que tinham desenvolvido, o projeto social, Lado A Lado, que tinham votado contra em Reunião de Câmara e que naquela Assembleia Municipal se tinham abstido. No dia anterior na Assembleia de Freguesia também tinham votado contra o protocolo que a Junta de Freguesia tinha estabelecido com a Associação Em Contacto (AECT) cujo motivo da criação tinha explicado, e naquele momento também iriam votar contra, o que considerava bem, porque de todos os modos seria aprovado já que a bancada do PS tinha a maioria. Considerava que lhes ficava bem votar contra porque a Junta de Freguesia não fazia o que quer que fosse, mas pretendia explicar que a Freguesia de Tavira possuía meios próprios, não usando os da Câmara Municipal, enquanto as restantes freguesias usavam, sobre o que nada tinha contra, porque não dispunham dos meios e tinham que executar as suas ações, sendo que a Freguesia de Tavira usava os seus meios próprios e ainda libertava meios da Câmara Municipal que durante o tempo lhe era destinado, os meses, os dias, eram usados pelas outras



freguesias. Portanto não usufruíam dos meios mas pagavam o seguro, os manobradores, o combustível, a manutenção das máquinas, todavia presentemente tinha tido uma avaria grande com o custo entre os cinco ou seis mil euros e tinham acabado de adquirir uma peça que também era fundamental para o corte das ervas cujo custo tinha sido superior a três mil euros, pelo que tinham ficado com aquela dificuldade devido a uma avaria com que não contavam. ---------Terminou dizendo que de qualquer modo todos os dias surgiam avarias com as máquinas da Junta de Freguesia e não era a Câmara Municipal que pagava os arranjos mas sim o orçamento da Junta de Freguesia, como acontecia presentemente com uma máquina que estava a arranjar e cujo custo era de dois mil e quinhentos euros. Pensava que não seria correto estarem constantemente a solicitar verbas à Câmara Municipal para as reparações das máquinas, que como poderiam constatar estavam espelhadas no orçamento da Junta de Freguesia que poderia ser consultado na página da Junta de Freguesia onde poderiam verificar quanto gastavam anualmente em avarias. ---------Concluiu dizendo que tinham orgulho em ter uma freguesia limpa, o que iria continuar a acontecer, sendo pois aquele o medo que a oposição tinha.---------O Deputado Municipal Jorge Corvo afirmou que tinha começado por referir que o trabalho, que o Deputado Municipal José Mateus tinha reforçado, mais não fosse por uma questão de amizade para com o Presidente da Junta de Freguesia que como ele sabia era grande, de longo tempo, tendo trabalhado muito tempo juntos, para que considerasse, a não ser pelo calor da discussão, que as posições não faziam sentido. Assim, sugeria que o Presidente da Junta de Freguesia fizesse uma proposta de alargamento do contrato interadministrativo com reforço financeiro e ali estavam para aprovar com valores superiores ao solicitado. Se ele próprio considerasse que formalmente ou por medo, não sabia do quê, uma vez que a sua bancada era apenas constituída por cinco deputados municipais, se o Presidente da Junta de Freguesia não podia aceitar a explicação que ele tinha dado, lamentava, mas garantia, e tinham falado sobre aquela questão antes de ser apresentada, se houvesse um reforço com outro enquadramento para a Freguesia de Tavira, teria a sua palavra de que por parte da sua bancada seria aprovado ainda que não necessitasse. ----------O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a proposta número 202/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Tavira - reparação do trator que foi aprovada por maioria de vinte e dois votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Pedro Soares, Ricardina Jesus, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, quatro votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Hugo Gomes, Jorge Corvo e Silvino Oliveira e uma abstenção da Deputada Municipal Muriel Dias.----



----Entrou no ponto número seis e último da ordem do dia sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 203/2018/CM, referente à adenda ao contrato-programa para a gestão e manutenção de espaços verdes públicos do concelho de Tavira.---------O Presidente da Câmara Municipal referiu que há algum tempo atrás tinham ali aprovado uma revisão do contrato dos verdes. Tinham um contrato que tinha sido visado pelo Tribunal de Contas sendo que o próprio contrato compreendia possíveis revisões para integração de novos espaços. Tratava-se de uma questão que era dinâmica uma vez que existiam novos loteamentos, espaços em que o prazo que o urbanizador tinha acabado, associações de moradores que não se entendiam, espaços que estavam perdidos e que a TaviraVerde não passava porque não estavam contemplados no contrato, uma sucessão de questões. O Vereador João Pedro Rodrigues tinha analisado a questão com alguma profundidade tendo verificado a existência de quinze espaços que não estavam contemplados, conforme a listagem que apresentavam. Tinham identificado um número substancial de espaços que eram de cidadãos do concelho de Tavira e onde a TaviraVerde não ia limpar mas considerava que todos deveriam de ter igualdade de tratamento em circunstâncias iguais uma vez que eram pessoas que pagavam taxas, impostos, que tendo portanto esse direito.---------Dentro de um conjunto de situações como o recebimento de infraestruturas, espaços que estavam esquecidos, espaços que ninguém tinha olhado, alguns pormenores, recantos que não estavam limpos, situações nas freguesias e na cidade, tinham resultado quinze espaços que estavam identificados, num processo crescente pois ainda há pouco tempo atrás tinham integrado o correspondente a cerca de oitenta mil euros e presentemente mais cento e setenta e três mil euros que passariam a liquidar e que correspondia à dinâmica de um Município que se pretendia de qualidade e com igualdade de tratamento para todos.-----tratamento para todos.---------Para terminar disse que como sabiam era um processo resultante de um estudo económico e financeiro sobre a matéria, relativamente ao qual estavam tranquilos, elaborado pelos serviços da TaviraVerde, devidamente verificado, e seria validado pelo Tribunal de Contas, para onde teria que ser remetido, que seguramente analisaria o estudo, os custos, os per capitas, comparando com o que já lá tinham e que estava aprovado, esperando obter o visto para que a partir do mês de janeiro seguinte, o mais rapidamente possível, aquele trabalho passasse a ser executado. ---------O Deputado Municipal José Mateus disse que não sendo propriamente sobre o contrato, gostava de referir duas situações que o preocupavam, a ele e aos moradores, que sabia também que a Câmara Municipal estava a tentar resolver, mas o que pedia era que tal acontecesse rapidamente. A questão referia-se a dois locais que ainda não tinham sido recebidos pela Câmara Municipal, mas como já tinham

demasiado tempo, gostava que a questão fosse tratada com alguma celeridade porque preocupava os moradores. Referia-se à Estrada da Fonte que era uma urbanização com muitos moradores e onde não

existia intervenção de verdes, estando as árvores enormes e as pessoas que não tinham culpa,



reclamavam e solicitavam ajuda à Junta de Freguesia que não podia resolver. Outra situação que também considerava de alguma urgência referia-se à Praceta Maria José Pinheiro que se localizava mesmo no centro da cidade e que se não fosse a Junta de Freguesia que por vezes lá ia cortar alguma árvore que entrava pela casa das pessoas, cortar algumas ramagens, alguma erva, realmente era um local que metia medo, praticamente no centro da cidade, pelo que gostaria que houvesse uma maior celeridade na resolução daquelas duas situações.---------O Presidente da Câmara Municipal agradecendo a intervenção do Deputado Municipal José Mateus explicou que se tratavam de duas situações que estavam muito bem identificadas e que se enquadravam no que tinha acabado de dizer quanto às urbanizações, aos processos urbanísticos, que não estavam recebidos pela Câmara Municipal. ----------A urbanização Maria José Pinheiro na Porta Nova já tinha mais de trinta anos, todavia era uma situação sobre a qual havia um conflito pelo que estavam a tentar resolver, contudo apesar da Junta de Freguesia fazer alguns trabalhos, não queria dizer que a Tavira Verde não passasse também por ali. ----------Quanto à Estrada da Fonte a situação era gravíssima pois estavam a falar de um loteamento cujo promotor, Nascimento & Pereira, Lda., estava presentemente numa negociação, alteração, para verificarem a possibilidade da Câmara Municipal receber a Urbanização, pelo que veriam se não teriam que executar as garantias bancárias, o que estavam a evitar que acontecesse, mas os moradores tinham razão.---------Terminou dizendo que ficava sinalizado, que ainda não tinham conseguido resolver dentro de um processo de aproximação e progressivamente irem recebendo as estruturas todas que ainda tinham para receber e que eram muitas. ----------O Deputado Municipal Silvino Oliveira disse que relativamente à proposta em votação, à adenda ao contrato, a sua bancada votaria a favor. ----------O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 203/2018/CM, referente à adenda ao contrato-programa para a gestão e manutenção de espaços verdes públicos do concelho de Tavira a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Hugo Gomes, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Ricardina Jesus, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Pedro Soares. ----------Efetuada a leitura das minutas de deliberação foram todas aprovadas por unanimidade.--------Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pela uma hora e dez minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. ------



### A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otílio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Maria José Dias Palma Simão Mestre





VOTANTES ATA 22-06-2018 EM 28-09-2018		
Nomes	Formação partidaria	Presença
Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa	PSD	
Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	
Artur António Guerreiro Sanina	BE	
Carla Patrícia Maié Martins	PS	
Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino	NC	
Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
Elsa Maria da Conceição Martins	PS	
Hugo Daniel Santos Gomes	PSD	
Jorge Humberto Martins Corvo	PSD	
José Epifânio Martins da Graça	PS	
José Mateus Domingos Costa	PS	
José Otilio Pires Baia	PS	
Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
Narciso dos Reis Martins Barradas	PS	
Ricardina Pereira Alcaíde Jesus	PS	
Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	
Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira	PSD	
Vírgilio António Horta	PS	
Vitor Manuel do Nascimento Palmeira	PS	



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira





# Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030

Ao longo dos últimos anos, a Assembleia Municipal de Tavira vem acompanhando com preocupação a redução dos níveis de investimento público no concelho de Tavira e na região do Algarve, tendo discutido e aprovado em duas ocasiões – nas sessões de 24 de abril de 2014 e de 22 de junho de 2018 – moções sobre a matéria.

Na primeira, manifestámos aqui o nosso regozijo com a inclusão dos investimentos previstos no PETI — Plano estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020, a concretizar no concelho e na região, exigindo ao Governo em funções a inclusão dos pequenos investimentos rodoviários e marítimo-portuários, concorrendo dessa forma para a competitividade das empresas e a sustentabilidade socioeconómica do Algarve, para o aproveitamento dos recursos endógenos e para a criação de emprego.

Mais recentemente, reiterámos a nossa confiança no lançamento das empreitadas referentes à modernização e eletrificação dos troços da linha ferroviária do Algarve entre os troços Lagos – Tunes e Faro – Vila Real de Santo António e verificamos com agrado a aceitação por parte do Governo na concretização do ramal de ligação ao Aeroporto Internacional de Faro e ao campus de Gambelas da Universidade do Algarve, entre outros investimentos ainda decorrentes da aprovação do PETI 3+, uma versão revista e atualizada do documento anteriormente apreciado.

Neste contexto, foi com agrado que acompanhámos e participámos no processo de discussão pública da Estratégia Portugal 2030, efetuada pelo Primeiro-Ministro António Costa em janeiro, na sequência da qual, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve promoveu seis sessões em Faro, Vila Real de Santos António, Loulé e Portimão, registando mais de 250 participações, durante as quais foi efetuado um diagnóstico do estado

# PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



da região e foram recebidos mais de 1300 contributo, conforme anunciado recentemente por aquela entidade.

Complementar, paralela e simultaneamente, de forma inédita, a AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve teve oportunidade de participar neste processo, desenvolvendo no Conselho Intermunicipal e nas assembleias municipais um processo de reflexão sobre o futuro da região, tendo elaborado o documento estratégico "Algarve pós 2020, a perspetiva dos Municípios - Contributo para o Portugal 2030", o qual tivemos oportunidade de apreciar e discutir nesta mesma sessão.

Finalmente, sublinhe-se que estamos na fase final do período de recolha de ideias e contributos para o Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), com particular incidência nas áreas de Mobilidade e Transportes, Ambiente e Ação Climática e Energia, registando-se uma continuidade do diálogo com os agentes regionais e uma sintonia com as prioridades estratégicas estabelecidas na primeira alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do território (PNPOT), nos termos da proposta de Lei aprovada no Conselho de Ministros de 14 de julho de 2018.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de setembro de 2018,, delibera:

- Congratular-se com o processo de debate público desenvolvido em simultâneo pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e pela AMAL -Comunidade Intermunicipal do Algarve, permitindo a participação da sociedade civil e das autarquias na construção da ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 e potenciando de forma inovadora consensos regionais em torno do PROGRAMA NACIONAL DE **INVESTIMENTOS 2030.**
- Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta recomendação às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Ministro da Economia, Ministro do Ambiente, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente da comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Presidente do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e das Juntas e Assembleias de Freguesia de Tavira; e,
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.